



FONSET

Forum Nacional de
Secretarias Estaduais
do Trabalho

Ano 2 | nº 05 | 12/2011

REVISTA

FONSET



ESPECIAL

Artigo de
Juan Somavia
diretor geral
da OIT

TRABALHO DECENTE

**SECRETARIAS DO TRABALHO
GARANTEM SUCESSO DAS
CONFERÊNCIAS ESTADUAIS**

DIRETORIA



Nilton Vasconcelos (BA)

PRESIDENTE



Tânia Garib (MS)

PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE



Davi Zaia (SP)

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE



Luis Claudio omanelli (PR)

SECRETÁRIO



Iranildes Caldas (AM)

TESOUREIRA

Conselho Fiscal



Carlos Pimenta (MG)

REGIÃO SUDESTE



Maria Aparecida Ramos (PB)

REGIÃO NORDESTE



José Hage (PA)

REGIÃO NORTE

SECRETARIAS DO TRABALHO

ACRE

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia
Secretário: **EDVALDO SOARES DE MAGALHÃES**
(68) 3223-6906
Fax (68) 3223-1281

ALAGOAS

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda
Secretário: **HERBERT MOTTA DE ALMEIDA**
(82) 3315-1853/ 1856
Fax (82) 3315.1856

AMAPÁ

Secretaria de Estado de Trabalho e Empreendedorismo
Secretário: **SIVALDO DA SILVA BRITO**
(96) 3225-8766 / 3225-8750 / 8763
Fax (96) 3225-8756/8766

AMAZONAS

Secretaria de Estado do Trabalho
Secretária: **IRANILDES GONZAGA CALDAS**
(92) 3621-2232/2249
Fax (92) 3621-2255

BAHIA

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Secretário: **NILTON VASCONCELOS**
(71) 3115.3396/3398/3140
Fax (71) 3115-3394

CEARÁ

Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
Secretário: **EVANDRO LEITÃO**
(85) 3101-4601/4597/ 4572
Fax (85) 3101-2121
(85) 3101-2121

DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal
Secretário: **GLAUCO ROJAS IVO**
(61) 3327-0009
Fax (61) 3326-1176

ESPIRITO SANTO

Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho
Secretário: **JADIR PÉLA**
(27)3636-1801

GOIÁS

Secretaria de Estado da Cidadania e Trabalho
Secretário: **HENRIQUE PAULISTA ARANTES**
(62) 3201-8566 / 8569/8600
Fax (62) 3201-8563/8561

MINAS GERAIS

Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego
Secretário: **CARLOS PIMENTA**
(31) 3348-4505
Fax (31) 3337-7988

MARANHÃO

Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária
Secretário: **JOSÉ ANTONIO BARROS HELUY**
(98) 3218-9853 / 9856
Fax (98) 3218-9865

MATO GROSSO DO SUL

Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social
Secretária: **TÂNIA MARA GARIB**
(67) 3318-4156/4141
Fax (67) 3318-4111/4133

MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social
Secretária: **ROSELI DE FÁTIMA MEIRA BARBOSA**
(65)3613-5713/5706/5790/5746
Fax (65) 3613-5708

PARANÁ

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social
Secretário: **LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI**
(41) 3883-2505/2506/2643
Fax (41) 3322-2740

PARÁ

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda
Secretário: **JOSÉ ALFREDO SILVA HAGE JÚNIOR**
(91) 3194-1725/1724
Fax (91) 3194-1728

PARAÍBA

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Secretária: **MARIA APARECIDA RAMOS DE MENEZES**
(83)3218-6646/6645
Fax (83) 3218-6634

PERNAMBUCO

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo
Secretário: **ANTÔNIO CARLOS MARANHÃO DE AGUIAR**
(81) 3183-7001/7002/7003
Fax (81) 3183-7008/7016

PIAÚÍ

Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo
Secretária: **LARISSA MENDES MARTINS MAIA**
(86) 3211-0696
Fax (86) 3211-0696

RIO GRANDE DO SUL

Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
Secretário: **LUIZ AUGUSTO LARA**
(51) 3288-6415/6417/6400
Fax (51) 3288-6430

RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
Secretário: **LUIZ EDUARDO CARNEIRO COSTA**
(84) 3232.1850/1810
Fax (84) 3232.1830

RORAIMA

Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Secretária: **FERNANDA RIZZO AGUIAR**
(95) 2121-2657/2640/2600
Fax (95) 2121-2640

RIO DE JANEIRO

Secretaria de Estado do Trabalho e Renda
Secretário: **Sérgio Zveiter**
(21) 2332-6710
Fax (21) 2332-6709

RONDÔNIA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Social
Secretário: **EDSON LUIZ VICENTE**
(69) 3216- 5261/ 5177
Fax (69) 3216-5990

SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
Secretário: **ANTÔNIO SERAFIM VENZON**
(48) 3229-3779/3722/3766
Fax (48) 3229-3618

SERGIPE

Secretaria de Estado do Trabalho
Secretário: **MARCELO FREITAS**
(79) 3198-0502
Fax (79) 3198-0502

SÃO PAULO

Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho
Secretário: **DAVI ZAIA**
(11) 3241-7004/ 7011/ 7013/7203/7205
Fax (11) 3241.7010

TOCANTINS

Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social
Secretário: **AGIMIRO DIAS DA COSTA**
(63) 3218- 1926/1988
Fax (63) 3218-1990



A 5ª edição da *Revista Fonset* traz, como destaque, informações sobre as conferências de emprego e trabalho decente dos 24 estados e mais o Distrito Federal - Acre e Rio de Janeiro ainda não realizaram suas plenárias. Certamente, a primeira publicação a circular com o registro de todas as etapas estaduais até aqui realizadas. Na matéria, que ocupa 10 páginas desta edição, pode-se perceber toda a mobilização que o debate provocou de Norte a Sul do País, e o papel central desempenhado pelas Secretarias Estaduais do Trabalho na organização e realização desse amplo debate nacional. O tema do trabalho decente está presente em todas as edições da *Revista Fonset*, que tem tratado o assunto com destaque. E é por meio da promoção do trabalho decente que o diretor-geral da OIT, Juan Somavia, em artigo publicado nesta edição, acredita ser possível a recuperação mundial da crise do emprego, que atinge mais de 200 milhões de pessoas no mundo.

“A nova divisão internacional do trabalho” é o título do artigo assinado por Márcio Pochmann, presidente do IPEA, outro articulista ilustre que abrilhanta esta publicação.

Dando continuidade a assuntos abordados na edição anterior, este número traz textos sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), o desdobramento da aprovação da Convenção 189 – da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e que objetiva garantir os direitos dos trabalhadores domésticos – além de um balanço sobre as atividades realizadas nos estados pela passagem do Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego, em 17 de agosto.

A avaliação das secretarias estaduais de Trabalho sobre o Portal Mais Emprego também é assunto desta edição, que traz opinião dos técnicos sobre avanços e retrocessos da ferramenta eletrônica implementada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O tema foi discutido na primeira reunião do GT Fonset, realizada em Salvador nos dias 22 e 23 de novembro.

Nesta edição, destacamos uma entrevista com o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas, que fala sobre o significado de 2012 ter sido eleito, pela ONU, o Ano Internacional das Cooperativas.

E dando continuidade à política de modernização do Fonset, noticiamos o lançamento do site oficial do Fórum, que vem reforçar estratégia de comunicação iniciada há dois anos pela Revista Fonset.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO FONSET
FÓRUM NACIONAL DE SECRETARIAS ESTADUAIS DO TRABALHO

Edição nº 5 - Dezembro de 2011

forum.fonset@gmail.com

www.fonset.org.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Hilda Fausto (DRT-BA 1748)

REPÓRTERES

Eliane Costa, Tadeu Paz, Ascom Secretarias

FOTOGRAFIA

Ascom Secretarias, Marcelo Reis,
Guilherme Silva e Secom/Ba

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

Rita Andréia

DESIGN, ILUSTRAÇÕES E EDITORAÇÃO

Miguel Cotrim - XCOM

IMPRESSÃO

Grasb - Gráfica Santa Bárbara

TIRAGEM

10 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



“Conferências Estaduais do Trabalho Decente – Por mais e melhores empregos” foi o título de capa da quarta edição da Revista Fonset. A matéria, que ocupou quatro páginas da edição, apresenta os desafios e as expectativas dos estados na preparação das suas conferências. A entrevistada da edição foi a ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), Iriny Lopes. Dentre outras coisas, ela falou sobre os desafios da Secretaria para superação das desigualdades de gênero ainda tão presentes em nosso país. Ainda na quarta edição, artigo assinado pela ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaíde Miranda Arantes, que fala sobre a conquista que representa para os trabalhadores domésticos a Convenção 189, da OIT.

As opiniões emitidas em artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento do Fonset.

ETAPAS ESTADUAIS MOBILIZAM A SOCIEDADE PARA A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO EMPREGO E TRABALHO DECENTE	6
A PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE: DESAFIO PERMANENTE <i>Artigo Nilton Vasconcelos</i>	15
CONFERÊNCIAS TÊM PAPEL FUNDAMENTAL NO DEBATE SOBRE O TRABALHO DECENTE	16
REUNIÕES DO FONSET GARANTEM AMPLA PARTICIPAÇÃO	19
2012: ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS <i>Entrevista com Márcio Lopes de Freitas</i>	20
PRONATEC GARANTE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL A MILHÕES DE BRASILEIROS	22
A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO <i>Artigo Marcio Pochmann</i>	25
BRASIL DISCUTE A RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO 189	26
MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO	27
PORTAL MAIS EMPREGO: FONSET PROPÕE AJUSTES	28
FONSET DEFENDE MAIOR INVESTIMENTO NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	32
REDE CERTIFIC GARANTE A GRATUIDADE AOS TRABALHADORES NOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	33
CRISE DO EMPREGO: NÃO PODEMOS PERDER TEMPO <i>Artigo de Juan Somavía</i>	34

Trabalhadore, empresáriu e gestore públcu de todo o país estão se mobilizando para participar da 1ª Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente - 1ª CNETD, que acontece entre os dias 2 e 4 de maio de 2012, em Brasília, Distrito Federal. Com o tema "Gerar emprego e trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais", o encontro reunirá os delegados eleitos nas etapas preparatórias realizadas em âmbito estadual. Convocada em novembro de 2010, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a 1ª CNETD representa um marco nas discussões referentes ao trabalho decente no país. Será a primeira conferência a ser tripartite, ou seja, com a participação de trabalhadores, empresáriu e representantes do governo nos debates. Todos mobilizados em revisar o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, lançado pelo governo federal em 2010, e contribuir, a partir das prioridades estabelecidas nos debates, para a construção e a promoção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

As discussões estaduais foram norteadas pelo documento da conferência nacional que define quatro eixos temáticos: princípios e direitos fundamentais no trabalho; proteção social; trabalho e emprego, além de fortalecimento do tripartismo e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.

A expectativa é de que as resoluções e conclusões da etapa nacional representem avanços no desenvolvimento de uma política de emprego e trabalho decente para o país, que ajude no desenvolvimento inclusivo e sustentável no Brasil e contribua, assim, para a erradicação da extrema pobreza até 2014, principal meta do governo da presidenta Dilma Rousseff.

ETAPAS ESTADUAIS MOBILIZAM A SOCIEDADE PARA A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO EMPREGO E TRABALHO DECENTE

BAHIA

A Bahia abriu o ciclo das conferências estaduais no país. A 3ª Conferência de Emprego e Trabalho Decente da Bahia aconteceu nos dias 22 e 23 de setembro, reunindo cerca de 500 participantes, entre convidados, observadores e delegados eleitos nas 76 conferências municipais e cinco regionais realizadas nos 26 territórios de identidade do estado.

"Nada mais apropriado e simbólico do que a etapa estadual da conferência nacional começar na Bahia, onde, em abril de 2007, se realizou a primeira conferência sobre o tema ocorrida no Brasil", afirmou a diretora da Organização Internacional

do Trabalho (OIT) para a América Latina e Caribe, Elizabeth Tinoco, presente à solenidade de abertura.

A conferência da Bahia contou com a presença do governador do estado, Jaques Wagner, que sancionou a Lei que cria o Fundo Estadual do Trabalho Decente (Funtrad), que receberá recursos oriundos de causas trabalhistas e de termos de ajustamento de conduta, destinados exclusivamente ao financiamento e promoção de projetos relacionados ao trabalho decente no estado.

Durante os dois dias de atividades, foram discutidos temas como a ratificação da Convenção 158 da OIT, redução da jornada de trabalho para 40 horas, reforço na fiscalização trabalhista nas empresas para coibir o trabalho degradante, além da

adoção de medidas para aprimoramento das convenções coletivas de trabalho. Ao final, foram eleitos 50 delegados baianos para a Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente.

“ A DISCUSSÃO FOI MUITO INTENSA E PARTICIPATIVA. ISSO É MUITO IMPORTANTE PARA CONQUISTA DE EMPREGOS COM MAIS QUALIDADE E PARA DIFUNDIR O CONCEITO DE TRABALHO DECENTE EM NOSSO ESTADO

Nilton Vasconcelos | *Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - BA*



“ **NÓS TEMOS DITO QUE SE NÃO É DECENTE, NÃO É TRABALHO** ”

Glauco Rojas | *Secretário do Trabalho - DF*

DISTRITO FEDERAL

A 1ª Conferência Distrital de Trabalho e Emprego Decente foi realizada nos dias 28 e 29 de setembro com o objetivo de discutir as condições de liberdade, equidade e segurança para os trabalhadores do Distrito Federal.

Durante o encontro, as proposições debatidas pelo governo, sindicatos patronais e de trabalhadores e sociedade civil organizada nas quatro plenárias regionais, realizadas durante os meses de agosto e setembro, foram aprovadas e serão levadas para a conferência nacional pelos 30 delegados eleitos para representar Brasília.

O secretário de Trabalho, Glauco Rojas, considerou um momento histórico a realização da conferência. “Um momento em que empregadores, trabalhadores e governo se unem em uma discussão, que resultará num extrato do que pensa Brasília sobre o mundo do trabalho”.

MINAS GERAIS

Trabalhadores, empregadores, representantes do Poder Público e da sociedade civil reuniram-se, nos dias 6 e 7 de outubro, em Belo Horizonte, na 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente de Minas Gerais.

O secretário de Trabalho e Emprego, Carlos Pimenta, reforçou o compromisso do Estado com o trabalhador mineiro e destacou o elevado nível do debate realizado durante as conferências regionais.

A Conferência teve, ainda, o objetivo de construir uma Agenda Estadual de Trabalho Decente. Os debates foram bastante produtivos entre os participantes divididos

nos grupos temáticos: princípios e direitos; proteção social; trabalho e emprego e fortalecimento dos atores tripartites.

Ao final do encontro, oito propostas de cada um dos eixos, totalizando 32, foram aprovadas pelos 300 delegados participantes do evento, de forma tripartite e paritária. A plenária elegeu, ainda, 60 delegados, de todo o estado, que levarão as propostas de Minas Gerais para a 1ª CNETD.

“ **NAS CONFERÊNCIAS, APRESENTAMOS E DISCUTIMOS TEMAS FUNDAMENTAIS. ACREDITAMOS QUE TODA A ECONOMIA DO PAÍS É CENTRALIZADA NA FORÇA DO TRABALHO E DO TRABALHADOR** ”

Carlos Pimenta | *Secretário de Trabalho e Emprego - MG*



RIO GRANDE DO NORTE

A 1ª Conferência Estadual do Emprego e Trabalho Decente do Rio Grande do Norte aconteceu nos dias 13 e 14 de outubro. A abertura do evento contou com a participação de mais de 400 pessoas, entre delegados, autoridades e convidados. O encontro teve como pilares a discussão sobre a erradicação do trabalho escravo e infantil no estado, fortalecimento do modelo tripartite e do diálogo social, geração de mais e melhores empregos com proteção social, princípios e direitos.

Todas as propostas e sugestões elaboradas pelos grupos de trabalho e aprovadas pela plenária servirão de

“ ESTA CONFERÊNCIA SE CONSTITUIU EM VERDADEIRO ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE DEBATE, NO QUAL A SOCIEDADE CIVIL TEM AMPLA PARTICIPAÇÃO

Luiz Eduardo Carneiro Costa |
Secretário do Trabalho, da Habitação
e da Assistência Social - RN

subsídios para a elaboração de uma agenda de trabalho decente para o estado, além de serem levadas pelos 30 delegados que irão representar o Rio Grande do Norte na 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

TOCANTINS

Depois de realizar oito conferências regionais, o Tocantins realizou a sua 1ª Conferência Estadual de Trabalho Decente nos dias 20 e 21 de outubro, em Palmas. O evento reuniu os 250 delegados eleitos nas etapas preparatórias, que tiveram como principais temas debatidos a erradicação do trabalho infantil, do trabalho escravo e a adoção de medidas para combater a informalidade e incentivar a criação de empregos.

Para o secretário do Trabalho e da Assistência Social, Agimiro Costa, a conferência é uma oportunidade de participação para a sociedade nas discussões.

Na plenária final do evento, os participantes aprovaram as propostas e elegeram os 20 delegados que vão representar o estado na etapa nacional.

“ ESSA CONFERÊNCIA É UMA OPORTUNIDADE DE AMPLIAR A DISCUSSÃO ENVOLVENDO ONGS, TRABALHADORES INFORMAIS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE, QUE PODEM DAR UMA GRANDE CONTRIBUIÇÃO

Agimiro Costa | Secretário do Trabalho
e Assistência Social - TC

PIAUI

Realizada nos dias 21 e 22 de outubro, a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente do Piauí contou com a participação de representantes de empregadores, de trabalhadores, do governo e de diversas entidades da sociedade organizada.

A secretária do Trabalho e Emprego, Larissa Maia, destacou a importância de congregar uma discussão sobre o trabalho decente envolvendo todas as esferas. “Confirmando, aqui, o compromisso do governo do estado com essa proposta

de mudança de horizontes. O trabalho decente não pode mais ser ignorado, porque ganhou corpo e pretendemos continuar fazendo-o crescer”, disse.

Durante todo o evento, foram discutidos aspectos voltados para dois eixos de princípios e direitos dos trabalhadores: proteção social, trabalho e emprego. No final das atividades, foram escolhidos os 30 delegados que representarão o Piauí na conferência de Brasília.

“ A CONFERÊNCIA É UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO E ESPERO QUE ELA NÃO SEJA UM MOMENTO ISOLADO, MAS UM MARCO PARA REFLETIR E CONSTRUIR O TRABALHO DECENTE DIA-A-DIA

Larissa Maia | Secretária do Trabalho - PI

MARANHÃO

Promovida pela Secretaria de Trabalho e Economia Solidária, a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente do Maranhão aconteceu nos dias 25 e 26 de outubro, em São Luís. No evento, foram discutidos os documentos contendo as propostas dos mais de 180 municípios presentes às etapas regionais, que

“ FALAR DE TRABALHO DECENTE É FALAR DE TEMAS MUITO CONHECIDOS DE EMPREGADORES E TRABALHADORES. SÃO QUESTÕES VIVENCIADAS TODOS OS DIAS E QUE PRECISAM DE UM MARCO QUE AS CONSOLIDE. NADA MELHOR DO QUE FAZER ISSO OUVINDO OS PRINCIPAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO, QUE SÃO O TRABALHADOR E O EMPREGADOR

José Antônio Heluy |
Secretária do Trabalho - MA

reuniram representações da classe trabalhadora, empregadora, sociedade civil organizada e do poder público.

Entre as principais propostas discutidas pelos 250 delegados presentes na conferência, estão o investimento obrigatório de 10% do PIB brasileiro em Educação; o aumento da capacitação continuada para servidores públicos e a extinção do imposto sindical.

A plenária geral do encontro foi conduzida pelo secretário de Trabalho, José Antônio Heluy, para quem o processo de organização e realização do evento demonstrou o interesse que o tema desperta na sociedade.

O encontro elegeu os 40 delegados maranhenses para representar o estado durante a conferência nacional.

MATO GROSSO

Sob os temas da geração de mais e melhores empregos, da erradicação do trabalho escravo e infantil e do fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social, a Conferência Estadual do Trabalho Decente do Mato Grosso foi realizada entre os dias 25 e 27 de outubro, em Cuiabá.

Cerca de 350 representantes do segmento patronal, de trabalhadores e poder público estiveram na conferência, organizada pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. Os participantes foram divididos em dez grupos, que apresentaram propostas para implementação de ações para o fomento do trabalho decente em Mato Grosso. Na plenária final, foram eleitos os 18 delegados que irão representar Mato Grosso no encontro nacional.

A secretária de Trabalho e Assistência Social de Mato Grosso, Roseli Barbosa, reafirmou o compromisso do governo do estado em consolidar o trabalho decente. “Iremos desenvolver ações que vão desde o combate ao trabalho infantil, passando pela erradicação do trabalho escravo, como também a redução dos acidentes fatais de trabalho”, enfatizou Roseli Barbosa, destacando a importância do

“ NÃO VAMOS PARAR ENQUANTO AINDA HOVER PESSOAS TRABALHANDO EM CONDIÇÕES DEGRADANTES EM NOSSO ESTADO

Roseli Barbosa | Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social - MT

diálogo permanente para a construção de políticas públicas de trabalho e emprego.

AMAPÁ

Organizada pela Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo, a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente do Amapá foi realizada no dia 28 de outubro, em Macapá. O encontro promoveu um amplo debate a respeito das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social no estado, reunindo trabalhadores, empresários, representantes do poder público e da sociedade civil organizada.

Com o tema a “Importância do trabalho e suas proposições: os avanços e desafios” e tendo como foco a promoção de igualdades e oportunidades no tratamento no mundo do trabalho, a conferência elegeu os 20 delegados do Amapá para o encontro nacional, sendo dois representantes da sociedade civil e seis dos trabalhadores, seis dos empregadores e seis do poder público.

O secretário estadual de Trabalho e Empreendedorismo, Sivaldo Brito, reafirmou que o trabalhador do Amapá precisa de trabalho decente e que o estado tem compromisso com esta demanda.

“ TEMOS QUE ATUAR DENTRO DAS ESCOLAS PARA FORMAR PROFISSIONAIS CAPACITADOS, E AS INSTITUIÇÕES DEVEM GARANTIR A SAÚDE FÍSICA DESSES TRABALHADORES

Sivaldo Brito | Secretário De Trabalho e Empreendedorismo do AP

RIO GRANDE DO SUL

A 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente do Rio Grande do Sul foi realizada nos dias 31 de outubro e 01 de novembro, em Porto Alegre. O evento reuniu mais de 600 pessoas, entre autoridades, representantes de entidades empresariais, sindicais e sociedade civil, além de convidados.

Em seu pronunciamento, o secretário Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Luís Augusto Lara, afirmou que as pré-conferências deram a "radiografia" do trabalho no Rio Grande do Sul para tirar propostas do que se pretende como trabalho decente a serem discutidas em Brasília. "O Brasil está num momento de pleno emprego e o Rio Grande do Sul tem o desafio de aproveitar esta oportunidade", afirmou.

Representantes das bancadas dos trabalhadores, empresários e governo dividiram-se em grupos para debater os temas que constituem as demandas do estado para a Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente. Dentre as propostas que geraram maior polêmica, mas aprovada ao final, está a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial. A plenária elegeu, ainda, os 50 delegados que irão representar o Rio Grande do Sul na conferência de Brasília.

“ AS CONFERÊNCIAS NO INTERIOR FORAM MUITO IMPORTANTES E ATÉ MESMO DURAS, MAS QUE NOS DERAM INDÍCIOS E RESULTADOS

Luís Augusto Lara | *Secretário do Trabalho e Desenvolvimento - RS*

SANTA CATARINA

Pela primeira vez em sua história, Santa Catarina promoveu um amplo processo de diálogo social sobre os temas do mundo do trabalho. A 1ª Conferência

Estadual de Emprego e Trabalho Decente, precedida de cinco etapas regionais, reuniu, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, em Balneário Camboriú, 217 delegados que debateram e votaram propostas que serão encaminhadas à conferência nacional. O estado será representado na discussão pelos 40 delegados eleitos na etapa estadual.

Sob o lema "Gerar emprego e trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais", os debates foram divididos em quatro eixos temáticos: princípios e direitos fundamentais no trabalho; proteção social; trabalho e emprego e fortalecimento do tripartismo e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.

Na abertura do evento, o secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Serafim Venzon, ressaltou que a Conferência é importante para fomentar o debate sobre melhores condições de trabalho e geração de oportunidades.

“ O TRABALHO É UMA DAS MELHORES FORMAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Serafim Venzon | *Secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SC*

PERNAMBUCO

A 1ª Conferência Estadual do Emprego e Trabalho Decente de Pernambuco aconteceu nos dias 10 e 11 de novembro, em Recife. O evento reuniu cerca de 400 pessoas de todas as regiões do estado para discutir temas como geração de mais e melhores empregos, fortalecimento do diálogo entre empresários, trabalhadores e poder público.

Na abertura do evento, o secretário de Trabalho, Antônio Carlos Maranhão, ressaltou problemas que precisam ser solucionados em todo o Brasil, como a desigualdade salarial entre homens e mulheres e entre brancos e negros; falhas na educação que geram desigualdade

“ O DESENVOLVIMENTO SÓ TEM SENTIDO SE ELE FOR PLENO E SUSTENTADO. ISSO SÓ É POSSÍVEL COM INCLUSÃO SOCIAL, ESCOLA DE QUALIDADE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E CONSCIÊNCIA DE DIREITOS E DEVERES

Antônio Carlos Maranhão | *Secretária do Trabalho - PE*

na ocupação dos postos de trabalho e exclusão de pessoas com deficiência. "O desenvolvimento só tem sentido se ele for pleno e sustentado. Isso só é possível com inclusão social, escola de qualidade, qualificação profissional e consciência de direitos e deveres", afirmou.

A plenária foi dividida em quatro grupos, cada um deles responsável por analisar as propostas referentes aos eixos temáticos: princípios e direitos; proteção social; trabalho e emprego; e fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social. Na plenária final, foram aprovadas as propostas dos grupos e eleitos os 50 delegados que representarão Pernambuco na conferência nacional.

RORAIMA

Empregadores, trabalhadores, governo e sociedade civil participaram da 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente de Roraima, realizada nos dias 10 e 11 de novembro, em Boa Vista.

O evento, organizado pelas secretarias do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) e Promoção Humana e Desenvolvimento (Sephed), reuniu os delegados eleitos nas conferências municipais realizadas durante todo o mês de outubro, nas quais foram discutidos temas como a erradicação do trabalho infantil, trabalho decente, formalização do emprego, fomento à economia de cada cidade e potencialidades.

O processo da conferência promoveu um amplo debate no estado, envolvendo a temática de políticas públicas de trabalho,



emprego e proteção social, com o objetivo de subsidiar a formulação de propostas da Política Nacional do Trabalho Decente, a partir das demandas do estado de Roraima, e atualizar o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente e sua Agenda de Trabalho. No final do encontro, foram eleitos os 20 delegados que levarão as propostas de Roraima para Brasília.

PARÁ

Com dois dias de debates, reuniões de grupos de trabalho e plenárias, foi realizada, nos dias 17 e 18 de novembro, em Belém, a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente do Pará.

Promovido pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda (Seter), o evento reuniu mais de 300 pessoas de vários municípios paraenses, entre elas os delegados eleitos nas 13 plenárias regionais, autoridades federais, estaduais e municipais, além de representantes de centrais sindicais do Pará.

Segundo o secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Renda, Júnior Hage, "o Governo do Estado, a partir de 2011, entendeu a grande importância de desenvolver ações de trabalho decente não só no próprio poder público, mas em parceria com as empresas privadas e centrais sindicais, exatamente a característica tripartite do trabalho decente".

Durante o encontro, os representantes dos trabalhadores, empregadores e do governo dividiram-se em quatro eixos temáticos e definiram as propostas que vão ser apresentadas na conferência nacional, onde o Pará será representado por 40 delegados.

“ **O GOVERNO DO ESTADO ENTENDEU A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER AÇÕES DE TRABALHO DECENTE EM PARCERIA COM AS EMPRESAS PRIVADAS E CENTRAIS SINDICAIS, CARACTERÍSTICA TRIPARTITE DO TRABALHO DECENTE**

Júnior Hage | *Secretário do Trabalho, Emprego e Renda - PA*

MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul avançou no debate e na promoção das políticas públicas que envolvem o mundo do trabalho com a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente, realizada nos dias 21 e 22 de novembro. O encontro teve a participação efetiva das bancadas do governo, trabalhadores, empregadores e sociedade civil organizada.

A prioridade no estado é combater todas as formas de trabalho degradante como o trabalho infantil, trabalho escravo ou forçado e outras práticas abusivas.

Antes da conferência estadual, foram realizadas cinco conferências regionais, que abrangeram as nove regiões do estado.

Para a secretária do Trabalho e Assistência Social, Tânia Garib, as conferências são um marco histórico no mundo do trabalho do estado, ao garantir a mobilização de todas as centrais sindicais matogrossenses, todas as federações de empregadores e sindicatos e uma ampla participação dos governos municipais, estadual e federal.

A plenária final aprovou 87 propostas, dentre as quais vale destacar a que sugere a implantação, em Mato Grosso do Sul, da agenda estadual de emprego e trabalho decente. O evento elegeu também os 30 delegados do estado para a conferência de 2012.

“ **O GOVERNO E DEMAIS BANCADAS PRETENDEM CONSTRUIR UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO QUE PERMITA GERAR EMPREGO COM QUALIDADE E AVANÇAR NO DIÁLOGO SOCIAL**

Tânia Garib | *Secretária do Trabalho e Assistência Social - MS*

AMAZONAS

O Amazonas realizou sua 1ª Conferência Estadual do Trabalho e Emprego Decente nos dias 23 e 24 de novembro, em Manaus. Organizado pela Secretaria de Estado do Trabalho – Setrab, o evento reuniu representantes dos governos federal, estadual e municipal, de centrais sindicais, sindicatos patronais, entidades empresariais, sociedade civil e do setor rural para discutir políticas de desenvolvimento regional que possam elevar o nível e a qualidade de emprego no estado, combater o trabalho infantil, o trabalho escravo e aumentar o emprego formal.

A plenária final elegeu os 30 delegados do Amazonas para a Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente.

“ A POLÍTICA DE TRABALHO E RENDA DO GOVERNO DO AMAZONAS TEM BUSCADO TANTO O FOMENTO DE INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO EM SETORES PRODUTIVOS COM CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO, COMO A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, DAS REDES OU CADEIAS PRODUTIVAS E DOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Iranildes Caldas |
Secretária do Trabalho - AM

PARAÍBA

Melhor condição de trabalho, oportunidade digna de emprego e combate ao trabalho infantil foram alguns dos assuntos debatidos na 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente da Paraíba, realizada nos dias 23 e 24 de novembro, em João Pessoa. Cerca de 200 participantes, entre representantes do governo do estado, trabalhadores, empregadores e sociedade civil, estiveram

“ VAMOS APROVEITAR A CONFERÊNCIA PARA PENSAR UMA REDE DE TRABALHO MAIS FORTALECIDA. ASSIM, PODEREMOS TER UMA SOCIEDADE EM QUE AS RELAÇÕES HUMANAS SEJAM MAIS IGUALITÁRIAS E JUSTAS

Aparecida Ramos | Secretária de
Desenvolvimento Humano - PB

no evento, promovido pelas secretarias de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH) e de Turismo e Desenvolvimento (Setde).

A secretária de Desenvolvimento Humano, Aparecida Ramos, destacou que a Paraíba precisa ter mais comissões e conselhos de Trabalho no interior, onde as condições de trabalho são mais precárias.

A Conferência foi dividida em quatro eixos temáticos sobre Emprego e Trabalho Decente: indicadores, visão governamental, visão empresarial e visão do trabalhador. Questões referentes ao trabalho infantil, trabalho doméstico, emprego formal e condições de trabalho nortearam os debates, que resultou na elaboração de um documento da Paraíba para a Conferência Nacional, que terá a participação de 30 delegados paraibanos.

SÃO PAULO

A 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente de São Paulo aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro. Coordenada pela Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho (Sert), teve por objetivo discutir temas que abordem os quatro eixos temáticos: promoção dos direitos no trabalho, geração de oportunidades de emprego, extensão da proteção social e fortalecimento do diálogo social.

O objetivo do governo de São Paulo é construir uma agenda estadual tripartite e uma política estadual sobre emprego e trabalho decente, além de contribuir com o temário da 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

Reuniu 518 delegados distribuídos proporcionalmente, de acordo com os critérios de participação tripartite, que inclui, além dos setores patronal, laboral e governamental, a sociedade civil. O evento também elegeu os 70 delegados paulistas que irão para o encontro de Brasília.

“ OUVIMOS E DISCUTIMOS TODAS AS PROPOSTAS DOS SEGMENTOS DOS EMPREGADORES E TRABALHADORES. O OBJETIVO É PROMOVER A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DECENTE EM NOSSO ESTADO

Davi Zaia | Secretário de Emprego - SP

GOIÁS

Coordenada pela Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho, a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente de Goiás foi realizada dias 24 e 25 de novembro. A realização do evento no estado teve o apoio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás (SRTE) e do Conselho Estadual do Trabalho.

O encontro reuniu os delegados eleitos nas conferências regionais para debater a criação de emprego de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais do trabalhador.

A Conferência utilizou como metodologia os princípios preconizados pela OIT, que enfatiza o uso do Sistema Tripartite Paritário (governo, trabalhador e empregador). Participaram 160 delegados. Desse total, 40 foram eleitos para representar Goiás na etapa nacional.

PARANÁ

O Paraná realizou sua conferência estadual nos dias 25 e 26 de novembro. O

“ O OBJETIVO É PROMOVER UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SUPERAR AS DESIGUALDADES ATRAVÉS DO DIÁLOGO COM OS ATUANTES EM CADA UMA DAS REGIÕES DO PARANÁ

Luiz Claudio Romanelli | *Secretário do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - PR*

evento reuniu instituições governamentais e representantes dos trabalhadores e dos empregadores para discutir políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social. Mais de 500 pessoas participaram dos debates sobre o trabalho decente e da eleição dos 50 delegados que vão representar o Paraná na conferência nacional.

O encontro foi promovido pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, em parceria com o Grupo Executivo do Trabalho Decente e a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego. No encontro, foram apresentadas 220 propostas, a partir de quatro eixos temáticos: princípios e direitos, proteção social, trabalho e emprego e o fortalecimento dos atores tripartites no diálogo social. As propostas foram elaboradas durante as seis conferências regionais realizadas no Paraná.

ESPÍRITO SANTO

A Conferência Estadual do Emprego e Trabalho Decente do Espírito Santo, realizada nos dias 24 e 25 de novembro, marcou a integração da subsecretaria do Trabalho com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, formando a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho (SECTIT).

O evento reuniu representantes dos trabalhadores, empregadores, governo e sociedade civil para discutir a promoção de melhores condições de trabalho, oportunidades de emprego e geração de

“ **A CONFERÊNCIA FOI UM MARCO NO DEBATE SOBRE TRABALHO E DIGNIDADE EM TODO O BRASIL E EM ESPECIAL NO ESPÍRITO SANTO, POIS FOI A PRIMEIRA VEZ QUE SE DEBATEU A QUESTÃO DO TRABALHO DEGRADANTE E FOI FEITO UM DIAGNÓSTICO DO SETOR NO ESTADO**

Tarcísio Vargas | *Subsecretário de Trabalho e Renda - ES*

renda. Ao final dos debates, foram eleitos os 30 delegados que representarão o Espírito Santo na conferência nacional.

ALAGOAS

A 1ª Conferência Estadual do Emprego e do Trabalho Decente de Alagoas foi realizada no dia 29 de novembro, em Maceió. O evento foi aberto pelo secretário do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional, Herbert Motta, e contou com cerca de 150 delegados eleitos nas conferências regionais, representantes do governo, de trabalhadores, empregadores, da sociedade civil e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O secretário ressaltou o bom momento que Alagoas está passando, com o destaque histórico na criação de novos postos de trabalho. “Os bons números se refletem na nossa capacidade de geração de empregos. Mas nenhum desenvolvimento ou qualquer investimento em geração de emprego é oportuno se o trabalho não for decente.

No encontro estadual, foram eleitos 30 delegados que irão representar Alagoas na conferência nacional. O evento contou também com uma palestra da



■ FONSET E A COMISSÃO ORGANIZADORA

O Fonset esteve mais uma vez presente na reunião da Comissão Organizadora Nacional. Realizado no dia 7 de novembro, o encontro estabeleceu parâmetros para o encontro nacional e foram feitos esclarecimentos sobre o regimento interno. O Fonset marcou presença.

■ APOIO TÉCNICO

Pioneira na implantação da agenda do trabalho decente e com maior número de conferências estaduais já realizadas sobre o tema – este ano foi a terceira edição –, a Bahia, por meio da Secretaria do Trabalho Emprego, Renda e Esporte (Setre), apoiou tecnicamente a organização e realização das plenárias em outros estados. Com a experiência adquirida desde 2007, quando implantou a agenda no estado, a Setre também contribuiu para o aprofundamento do debate.

■ OIT PRESENTE

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), que instituiu o conceito de trabalho decente no mundo, marcou presença em todas as conferências realizadas. Ainda na fase de preparação, a Organização, por meio de parceria firmada com o Fonset, apoiou tecnicamente os estados com a realização – entre julho e agosto –, de oficinas regionais para a construção e análise de indicadores de trabalho decente.



“ É IMPERIOSA A PROTEÇÃO SOCIAL, QUE NÃO PODE SER TOLERANTE COM TRABALHO ESCRAVO OU TRABALHO INFANTIL

Herbert Motta | *Secretário do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional - AL*

representante da OIT, Andreia Bolzoni, que revelou que no Brasil ainda existem cerca de 2 milhões de crianças em situação de vulnerabilidade social no que concerne ao trabalho infantil.

Com o tema “Gerar emprego e trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais”, as discussões da conferência tiveram como eixos os princípios dos direitos fundamentais do trabalho; emprego e renda; a proteção social e o diálogo social, como instrumento de governabilidade democrática.

CEARÁ

Sob a coordenação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, o Ceará realizou a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente entre os dias 28 e 30 de novembro, em Fortaleza.

Aproximadamente 300 delegados participaram do encontro, que teve como objetivos promover a discussão do tema da geração de emprego e da promoção do trabalho decente como estratégia para combater a pobreza e as desigualdades sociais no Brasil e no Ceará, além de subsidiar a Política e o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente e construir a Agenda Cearense do Trabalho Decente. O evento elegeu também os 50 delegados cearenses para a conferência nacional.

“ A ETAPA ESTADUAL FOI PRECEDIDA DE CINCO CONFERÊNCIAS REGIONAIS PREPARATÓRIAS, REALIZADAS ENTRE FINAL DE SETEMBRO E INÍCIO DE NOVEMBRO, REUNINDO APROXIMADAMENTE 800 DELEGADOS

Evandro Leitão | *Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social - CE*

ESTADOS QUE AINDA REALIZARÃO CONFERÊNCIAS

Rio de Janeiro	15 e 16/12/2011
Acre	data indefinida

As Secretarias Estaduais do Trabalho tiveram um papel determinante no êxito do processo em fase de finalização das etapas estaduais, regionais e municipais da Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente. Os governos estaduais, em parceria com os municípios, e órgãos federais e da sociedade civil – por meio das comissões organizadoras, mobilizaram trabalhadores, empregadores, governo e outras representações sociais em mais de 200 conferências em todo o país.

Observa-se que este esforço contribuiu para a sensibilização em torno de temas que são caros à agenda do trabalho decente. Gerar mais e melhores empregos e ocupações é um desafio permanente, e podemos dizer que avançamos em meio a um contexto conturbado, em que as ameaças sobre o mundo do trabalho retornam na esteira da crise econômica internacional, desta vez com ênfase na Europa.

No Brasil, cabe-nos defender as conquistas que possibilitaram a retomada da economia, com redistribuição de renda e a melhoria dos indicadores sociais em diversas frentes.

Não faz muito tempo, os trabalhadores brasileiros tinham na ameaça do desemprego o principal motivo de angústia e preocupação, e a mobilização sindical era pautada fundamentalmente na defesa da indexação da remuneração ao índice inflacionário, em função da perda do poder aquisitivo dos salários.

Com os avanços obtidos, sobretudo na última década, algumas regiões do país já experimentam o pleno emprego, e a demanda por qualificação profissional torna-se indispensável à sustentação do desenvolvimento. É um quadro que revela necessidades de um país que voltou a crescer e busca superar a desigualdade e a pobreza.

Neste sentido, devemos ter em mente que um país rico é um país que valoriza o trabalho e tem a meta de promover o trabalho decente como elemento central da estratégia de desenvolvimento econômico e social.

As conferências – e o raciocínio é válido para todos os campos da gestão pública – elevam o nível de compreensão dos problemas e enriquecem o debate, contribuindo para estabelecer políticas públicas para o trabalho que priorizem o combate às desigualdades, a exemplo das diferenças de gênero e raça nos salários e no emprego. É preciso romper com a lógica que admite que negros e mulheres sejam tratados com tamanha diferença.

A pauta do trabalho exige também que certas práticas sejam erradicadas. Não é admissível que trabalhadores sejam submetidos à privação de liberdade e a condições de trabalho que já não mais correspondem ao estágio de desenvolvimento alcançado pelo país, sob alegação de oferecer-lhes oportunidade de renda.

Não é possível mais admitir que a infância, e todos os sonhos que ela alimenta, seja corrompida pela abrupta convivência com o trabalho, como se esta fosse a solução de todos os males.

Não é possível tolerar a ocorrência de acidentes de trabalho que levam à morte seres humanos que tentam ganhar o sustento de suas famílias.

Apenas 30% dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas têm contrato de trabalho formalizado. A mudança deste quadro requer que a sociedade compreenda a necessidade de assegurar a estes trabalhadores direitos iguais a quaisquer outros cidadãos empregados.

Alcançar este novo patamar exige a contribuição efetiva de todos nós, poder público, nas mais variadas esferas, e sociedade. Trabalhadores, empregadores, governo e sociedade.

A identificação de prioridades na promoção do trabalho é que permite o enfrentamento sistemático e a ação coordenada da sociedade na superação dos desafios. Se as conferências são indispensáveis na mobilização, não se deve perder o entusiasmo, oferecendo alternativas organizativas e materiais para dar prosseguimento a esta tarefa.

Muitas conferências optaram pela construção de Agendas locais, e este é um indicativo que podemos avançar efetivamente. Até maio do próximo ano, quando nos encontrarmos na Conferência Nacional, há muito que fazer, aprofundando as discussões e apresentando novas soluções.

A PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE É UM DESAFIO PERMANENTE: NOVAS AGENDAS LOCAIS DEVEM SURTIR



“
AS CONFERÊNCIAS
ELEVAM O NÍVEL
DE COMPREENSÃO
DOS PROBLEMAS
E ENRIQUECEM
O DEBATE
”

A IMPORTÂNCIA DO TRIPARTISMO

O tripartismo, que tem como princípio a promoção do diálogo entre empresários, trabalhadores e governo, é uma marca importante no campo do trabalho desde 1919, quando foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT). É também parte do conceito do tripartismo o entendimento de que é importante incentivar a negociação entre as partes, empregados e empregadores, tendo o Estado papel relevante na equalização das relações de trabalho, já que cabe a ele normatizar essa relação e, em geral, desenvolver uma proteção ao trabalho.

No Brasil, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), os conselhos estaduais e comissões municipais de emprego já seguem o tripartismo adotado pela OIT. No entanto, apresentam uma diferença: enquanto na OIT a representação não é paritária (a entidade é formada por dois representantes do governo, um do empregador e um trabalhador), no Codefat e nas comissões estaduais de emprego a participação é paritária com seis representantes de cada segmento.

A representação tripartite também foi adotada na composição das conferências municipais, regionais, estaduais e nacional de Emprego e Trabalho Decente. É a única a se organizar dessa forma, inovando ainda com uma particularidade: a inclusão da representação da sociedade civil. Sendo assim, os delegados são eleitos na proporção de três representantes do governo, três dos empregados, três dos empregadores e um da sociedade civil.

“Esta discussão sobre o tripartismo vem acontecendo há muito tempo no âmbito da OIT, a fim de incluir outros atores institucionais que têm importância nesse processo. Nós, do Fonset, manifestamos um posicionamento em relação a este tripartismo que vem sendo adotado nas conferências, que é o tripartismo que não admite a participação da sociedade civil nas comissões organizadoras, apenas nas discussões e delegações”, observa o presidente do Fonset, Nilton Vasconcelos.

Na sua opinião, esta é uma restrição que empobrece o debate. “Achamos que a sociedade civil, como a Associação dos Magistrados e outras organizações do gênero, tem atuação efetiva no caso da erradicação do trabalho infantil e escravo, na luta por determinadas categorias que não são abrangidas pelas representações clássicas de empregados e empregadores, como, por exemplo, o trabalho doméstico. O Fonset tem orientado as Secretarias Estaduais do Trabalho para que na construção das agendas, que não estão ligadas diretamente às conferências, seja mantida a participação da sociedade civil de forma mais expressiva e não apenas subordinada”, sugere.

CONFERÊNCIAS TÊM PAPEL FUNDAMENTAL NO DEBATE SOBRE O TRABALHO DECENTE

Desde a sua convocação, em outubro de 2010, a 1ª Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente propiciou uma série de debates sobre o tema em todo o país, com a realização de conferências municipais, regionais e estaduais. Além de representantes dos trabalhadores, empregadores e do Poder Público, os debates contam com a participação de diversos outros segmentos da sociedade, que veem nestes encontros a oportunidade de aprofundar o debate e assegurar direitos.



Participação tripartite garante representação de todos: trabalhadores, empregadores e poder público

Este é o caso da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), que tem incentivado os seus membros a participar das discussões desde o início. A Associação tem uma atuação muito forte ligada à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e às convenções sobre o trabalho decente. Na opinião de Renato Henry Sant'Anna, presidente da Anamatra, essa é uma discussão que o Brasil precisa começar a fazer. "Durante um bom tempo, nos fixamos na discussão de que muita gente não tinha trabalho. Agora, as pessoas já começam a ter trabalho efetivo, então é hora de a gente dar o segundo passo e começar a focar a qualidade deste trabalho. Não é qualquer trabalho, tem que ser primeiro um trabalho digno e decente. Isto é importante, porque é o juiz do Trabalho, em última análise, que vai garantir este trabalho decente. Porque se houver o descumprimento ou qualquer dificuldade, o trabalhador vai recorrer ao Poder Judiciário, então a gente tem que estar preparado para este debate desde o início".



“ QUANTO MAIOR FOR A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NAS DISCUSSÕES DA AGENDA DO TRABALHO DECENTE, MAIS FACILMENTE PODEREMOS ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA GRAVES PROBLEMAS QUE AINDA TEMOS NO BRASIL. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARTICIPA ATIVAMENTE DESTA AGENDA DO TRABALHO DECENTE

Luis Antônio Camargo de Melo | Procurador-Geral do Trabalho



NA ANAMATRA, DECIDIMOS PARTICIPAR DO QUE FOR NECESSÁRIO NESTA AGENDA DO TRABALHO DECENTE. ORIENTAMOS AOS JUÍZES QUE PARTICIPEM DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS PARA QUE A GENTE POSSA CHEGAR EM BRASÍLIA COM ESTE TEMA BEM CONSOLIDADO

Renato Henry Sant'Anna | Presidente da Anamatra



Grande expectativa - A relevância das conferências também foi ressaltada pelo procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, que considera o trabalho decente como a agenda mais importante da OIT e defende a participação de toda a sociedade nas conferências estaduais e na nacional.

Para o procurador, os debates precisam abranger quatro pontos importantes: a erradicação do trabalho infantil, do trabalho escravo, a promoção da igualdade, ou seja, o combate à discriminação, e a promoção da liberdade sindical, para garantir a trabalhadores e empregadores que eles

tenham liberdade em sua organização sindical. "E tem um quinto item, que no meu ponto de vista permeia os outros quatro, que é o ambiente de trabalho. As pessoas têm que ter um ambiente de trabalho saudável, que não traga prejuízos à saúde".

Melo acrescenta, ainda, que o MPT tem sempre boas expectativas em relação aos processos democráticos de discussão. "Reunir as pessoas que tem responsabilidade sobre os assuntos em pauta, as instituições que atuam, sejam do Poder Público ou da sociedade civil, no nosso ponto de vista é sempre muito importante. O que nós queremos é que haja um amplo debate, uma ampla participação e a contribuição de todas as instituições envolvidas e pessoas interessadas. Isso deve significar uma belíssima contribuição, em primeiro lugar para o debate, e depois, para que sejam apontadas soluções. Nós do MPT apostamos muito no debate democrático, no confronto de idéias para construir soluções", conclui.

FONSET LANÇA SITE

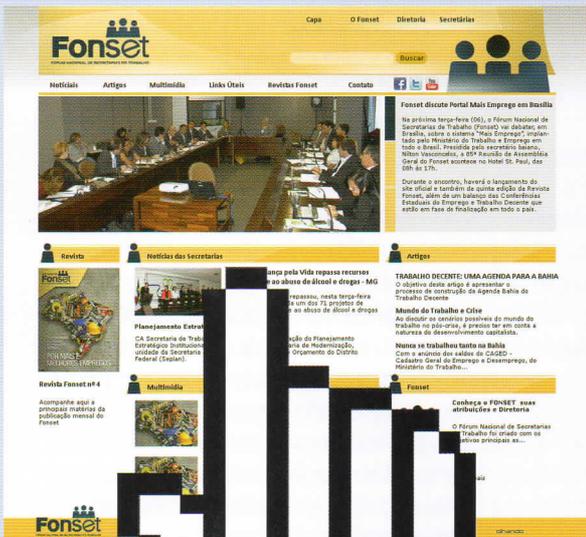
Aprovado na reunião extraordinária, em setembro, o site do Fonset é o mais novo sítio eletrônico para discussão de temas relativos ao mundo do trabalho. A ferramenta chega para reforçar o papel que tem cumprido a *Revista Fonset*, lançada em março de 2010: debater a política pública nacional do emprego, aproximar as secretarias estaduais do Trabalho e levar para a sociedade a opinião e propostas da entidade.

Com um leiaute moderno, leve e de fácil navegação, o site irá trazer as principais discussões travadas em defesa do sistema público de emprego. Nesse espaço, também será possível acompanhar a história do Fonset, seu surgimento, nomes de gestores que o presidiram, as atas das reuniões, as edições da *Revista Fonset*, além das notícias institucionais do Forum e das 27 secretarias estaduais de Trabalho.

O Fonset não poderia ficar de fora do mundo da Internet. O site é o desdobramento natural da publicação impressa, a *Revista Fonset*, que chega agora a sua quinta edição.

Visite o endereço:

www.fonset.org.br



REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO TÊM SIDO A MARCA DAS REUNIÕES DO FONSET. NA ÚLTIMA, EM SALVADOR, EM 23 DE SETEMBRO, ESTIVERAM PRESENTES DUAS DIRETORAS DA OIT E REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO





Com a presença de 22 estados, a 84ª Reunião do Forum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho, realizada em 29 de julho, em Foz do Iguaçu, Paraná, foi marcada pela representatividade e número expressivo de participantes. Além dos secretários ou seus representantes, a reunião teve, ainda, a presença de técnicos dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, da OIT, além de membros do Conselho Tripartite Estadual do Trabalho e dos coordenadores do Sine do Paraná.

REUNIÕES DO FONSET GARANTEM AMPLA PARTICIPAÇÃO

A discussão sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que teve lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em outubro último, ocupou boa parte da pauta. Na reunião de Foz, o Fonset discutiu e apresentou mais uma vez ao MEC e ao MTE as suas preocupações com a falta de vinculação do novo programa com o sistema nacional público de emprego.

Os estados reconhecem a importância e necessidade do Programa, que ampliará a oferta de vagas de qualificação em todo o território nacional, mas acreditam que o programa só terá sucesso se estiver diretamente vinculado ao sistema público de emprego nacional (ver matéria sobre o assunto à página 24).

Na reunião, as secretarias puderam também discutir a preparação das

conferências, oportunidade em que a diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, destacou o importante papel o Fonset na articulação das secretarias do Trabalho para a realização das etapas estaduais.

O lançamento da quarta edição da *Revista Fonset* também foi pauta da 84ª reunião.

Extraordinária – Em 23 de setembro, o Fonset reuniu-se extraordinariamente em Salvador, quando se discutiu aspectos organizativos das etapas estaduais da Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente. Muitos representantes dos estados presentes acompanharam, no dia anterior (22), a abertura e discussões da 3ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente da Bahia.

A reunião contou com a presença

de Elizabeth Tinoco, diretora regional da OIT para América Latina e Caribe, que estava acompanhada de Laís Abramo, diretora do escritório brasileiro da OIT. Ambas encontravam-se na Bahia como convidadas para participar da conferência estadual, cujos debates aconteciam nas salas ao lado da reunião do Fórum.

Ainda constou da pauta da extraordinária, um breve balanço do Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego, realizado no dia 17 de agosto (matéria à página 27), e discussão sobre a realização da primeira reunião do GT Fonset, constituído por técnicos das diversas secretarias estaduais, com o objetivo de qualificar as reuniões do Forum, contribuindo para subsidiar as deliberações adotadas pelo conjunto dos secretários nas reuniões da entidade.

A geração de quase 300 mil empregos diretos e uma movimentação de R\$ 97 bilhões são alguns números do cooperativismo no Brasil, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). No mundo, o cooperativismo mobiliza cerca de um bilhão de pessoas. Por conta da contribuição efetiva do movimento cooperativista mundial para a redução da pobreza, a partir da geração de trabalho e renda, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas. Em entrevista concedida à *Revista Fonset*, o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, fala sobre a importância deste reconhecimento para o segmento: “Teremos a chance de apresentar para toda a sociedade, com o respaldo da ONU e o apoio do governo federal, os benefícios do cooperativismo”, ressalta.

2012: ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

Revista Fonset – Qual a importância de a ONU ter declarado 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas.

Márcio Lopes de Freitas – A declaração da ONU confirma a contribuição efetiva do movimento cooperativista mundial para a redução da pobreza, a partir da geração de trabalho e renda. É um reconhecimento internacional do importante papel que tem o setor para a promoção do desenvolvimento sustentável. O cooperativismo realmente desperta nas pessoas o espírito empreendedor e as inclui social e economicamente. Hoje, ele mobiliza cerca de 1 bilhão de cidadãos em todo o mundo. No Brasil, especificamente, esse número chega a 30 milhões. A iniciativa das Nações Unidas nos abre também novas portas, novas oportunidades. Os olhares estarão voltados para as nossas cooperativas. Será uma oportunidade ímpar de consolidar o cooperativismo como alternativa socioeconômica sustentável, como o caminho para o crescimento de várias nações. Teremos a chance de apresentar para toda a sociedade, com o respaldo da ONU e o apoio do governo federal, os benefícios do cooperativismo.

RF – A OCB já tem alguma estratégia traçada para potencializar o marco que representa o ano de 2012?

MLF – Vamos aproveitar esse momento

“**O RAMO TRABALHO TAMBÉM TEM SE DESTACADO COMO ALTERNATIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO E GERAÇÃO DE RENDA. ESSA É UMA TENDÊNCIA PARA TODAS AS ATIVIDADES COOPERATIVISTAS**”

para mostrar de que forma já contribuímos e podemos somar ainda mais para o desenvolvimento global, por meio da prática dos valores e princípios cooperativistas, que têm como alicerces a união e a integração. A intenção é disseminar essa essência a um número ainda maior de pessoas, em todos os cantos do mundo, e mostrar que a força desse movimento está justamente no capital humano.

RF – Qual a relação entre a OCB com os governos (estadual e federal), principalmente com as secretarias estaduais do Trabalho.

MLF – A função da OCB, como órgão de representação das cooperativas no país, é aplinar os caminhos, ou seja, criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do segmento. A interlocução com os poderes constituídos da República – Executivo, Legislativo e Judiciário -, sem dúvida, está entre as ações prioritárias.

Atuamos estrategicamente com o intuito de esclarecer e, ao mesmo tempo, reforçar as particularidades do cooperativismo, visando normas e políticas públicas que atendam a essas características e contribuam para o seu crescimento. E fazemos isso em todo o território e direcionados a todos os setores de atividades econômicas nos quais atuamos, entre estes o campo de serviço, representado pelas cooperativas de trabalho. Para tanto, contamos com 26 organizações nos estados e uma no Distrito Federal, que trabalham em sintonia e de forma articulada com a OCB.

RF – Qual é a presença do cooperativismo no Brasil?

MLF – O cooperativismo brasileiro tem conquistado um espaço cada vez maior na economia nacional. Isso é consequência de um olhar voltado à profissionalização da gestão. Temos trabalhado fortemente para oferecer produtos e serviços com qualidade crescente, que se tornem referência no mercado interno, mas também para outros países. E isso realmente tem ocorrido. Hoje, nossas 6.652 cooperativas reúnem 9 milhões de cooperados e geram 298 mil empregos diretos. Juntas, elas têm uma movimentação econômico-financeira de R\$ 97 bilhões. A perspectiva para este ano é de fechar em US\$ 5,8 bilhões em vendas ao exterior. Além disso, atuamos em 13



setores distintos, tanto no campo quanto nas cidades. Alguns, mais tradicionais, já se firmaram, como o agropecuário. Para se ter uma ideia, praticamente 50% de tudo que é produzido no país passa de alguma forma por uma cooperativa. Outros ramos mais novos trabalham para ampliar e consolidar o seu espaço. O crédito, por exemplo, tem contabilizado índices expressivos de desenvolvimento. Um levantamento do Banco Central sobre o primeiro semestre de 2011 comprova isso ao indicar que as cooperativas de crédito cresceram, nesse período, acima da média em relação a outras instituições financeiras. O cooperativismo de saúde, por sua vez, atende a um número ascendente de pessoas, assim como o de transporte. O ramo trabalho também tem se destacado como alternativa de inserção no mercado e geração de renda. Essa é uma tendência para todas as atividades cooperativistas. Logicamente que, nesse contexto, temos

“ É PRECISO TER SEMPRE EM MENTE QUE A COOPERATIVA É, ACIMA DE TUDO, UM NEGÓCIO E, PORTANTO, DEVE SER GERIDA COM PROFISSIONALISMO E COMPETÊNCIA

“ A INICIATIVA DAS NAÇÕES UNIDAS NOS ABRE TAMBÉM NOVAS PORTAS, NOVAS OPORTUNIDADES

que considerar o comportamento da economia brasileira, que, em certos momentos, pode proporcionar um cenário melhor para a expansão de alguns setores.

RF – *Que segmento é mais forte?*

MLF – O Brasil trabalha com a segmentação de cooperativas por ramos, que também podem ser vistos sob três prismas – compras em comum, vendas em comum e crédito. Esses setores abraçam praticamente todas as atividades econômicas e sociais do país. Uma grande organização agrícola, por exemplo, é na área de insumos. Uma cooperativa de consumo tem sua própria estrutura de crédito, que pode ser independente, mas funcionando com a mesma base. Por isso, é muito relativo avaliar esse cenário de forma segmentada. Agora, sem dúvida nenhuma, o cooperativismo acompanha o processo de evolução da economia brasileira. Há, com certeza, um espaço potencial, primeiramente, no campo de serviços, em especial o financeiro. Afinal, há uma carência e um mercado em expansão. As cooperativas de crédito, que têm registrado índices acelerados de desenvolvimento, comprovam isso. Já as atividades agrícolas, certamente continuarão em franca expansão, uma vez que o nosso país tem vocação para isso, um perfil para produção. Com a tendência de diminuição das áreas nas propriedades rurais, o agricultor torna-se cada vez mais gregário e a prática cooperativa tende a ser ainda mais expressiva. Perspectivas semelhantes podem ser vislumbradas para outros campos, mas sempre de acordo com a abertura dos mercados. Setores como saúde, trabalho e transporte, que já estão em expansão, devem continuar crescendo.

RF – *Quais são os desafios para o cooperativismo?*

MLF – O crescimento das cooperativas está extremamente ligado à evolução da sociedade, ou seja, as pessoas precisam desenvolver mais a cultura da organização

social. Esse é um processo que vai refletir em melhores empresas e, logicamente, melhores cooperativas. Isso explica, inclusive, o modelo cooperativo desenvolvido hoje nos países do Primeiro Mundo. Para acelerar essa trajetória, precisamos trabalhar com mais ênfase a educação cooperativa, visando disseminar os conceitos e os princípios do cooperativismo a mais pessoas. Ao mesmo tempo, temos que investir na educação cooperativista e na boa governança, visando à transparência e à segurança, além de seguir bons modelos de gestão profissional. Nesse contexto, é preciso ter sempre em mente que a cooperativa é, acima de tudo, um negócio e, portanto, deve ser gerida com profissionalismo e competência. Assim, com certeza, contribuiremos para esse processo evolutivo. Estamos apostando nisso por meio das ações desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). É preciso, primeiramente, trabalhar com essas linhas mais estratégicas e, sem dúvida alguma, a base está na educação, formação e acompanhamento das cooperativas. Para isso, como já frisamos, a nossa ferramenta é o SESCOOP. Criado há pouco mais de dez anos, ele desenvolve ações de promoção social, no sentido de criar um ambiente mais propício para o crescimento do cooperativismo. Estou certo de que está aí o caminho para potencializarmos a expansão do movimento cooperativista, tornando-o mais competitivo, ágil e moderno.

RF – *E quais as ações prioritárias no tocante à representação política e institucional?*

MLF – É de extrema relevância a definição de marcos legais regulatórios que influenciarão diretamente no processo evolutivo das cooperativas. Precisamos de legislações sintonizadas à realidade de hoje. No tocante à lei cooperativista, por exemplo, podemos dizer que o Brasil tem um aparato legal consistente, mesmo que originário de 1971. Mas muita coisa mudou, evoluiu, e temos de acompanhar essas alterações. Além disso, questões tributárias e regulamentações específicas para os ramos nos quais atua o segmento também estão entre as prioridades.

A criação de oito milhões de vagas em cursos de formação técnica e profissional nos próximos três anos. Esta é a principal meta do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 26 de outubro. Até 2014, o governo prometeu investir R\$ 24 milhões no programa, que vai oferecer bolsas de estudo e financiamento para cursos de qualificação profissional para o trabalhador brasileiro.

PRONATEC GARANTE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL A MILHÕES DE BRASILEIROS

As oportunidades virão inicialmente através dos institutos federais de educação profissional e do Sistema S, parceiros prioritários do governo no programa. Esse é um dos pontos fortes do Pronatec, segundo o secretário do Trabalho do Paraná, Luiz Cláudio Romanelli, que coordenou a atuação do Fonset nas discussões do projeto na Câmara. "O Pronatec é uma excelente iniciativa e tem, na minha avaliação, todas as chances de ter grandes resultados, porque ele elege, como parceiros prioritários, as instituições públicas oficiais", disse.

No entanto, a falta de um diálogo maior do Pronatec com a área do trabalho é motivo de crítica e preocupação do Fonset. "O Pronatec é de fato uma grande oportunidade, mas se não tiver diálogo com a área do trabalho vai ser frustrante. O início está meio indefinido. Está faltando uma articulação com o Ministério do Trabalho para poder de fato inserir o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda nas ofertas possíveis e na construção de uma agenda de cursos do Pronatec para 2012".

O Fonset defende que na fase operacional do programa é necessária uma integração com a rede Sine, que conhece o mercado de trabalho, as demandas, e que pode, efetivamente, promover uma boa

adequação dos cursos que são ofertados. "Isso obviamente requer que a participação e a articulação com o Sistema Público do Trabalho, Emprego e Renda aconteçam desde o início desse processo de discussão e não apenas na fase final de execução", acrescenta Romanelli.

O Fórum de Secretários do Trabalho enxerga no Pronatec uma alternativa para resolver o problema da qualificação profissional do Brasil. Mas para que isso aconteça, é preciso que o investimento de recursos anunciados de fato aconteça e que as secretarias estaduais do Trabalho tenham uma maior participação, juntamente com o governo federal, na implementação do programa.

Primeiros passos - Os primeiros atendidos serão os beneficiários do Programa Bolsa Família de 161 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, que tenham postos do Sine e ofertas de cursos dos institutos federais de educação profissional, do Senai ou Senac. A oferta deve se ampliar nos próximos meses. Para tanto, estão sendo construídas 208 unidades de institutos federais de educação profissional, sendo que 35 delas devem ser entregues ainda este ano. E, por meio de parceria com o Sistema S, a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos será



Luiz Cláudio Romanelli | *Secretário do Trabalho do Paraná, que representou o Fonset nas discussões do Pronatec*

ampliada para 630 mil também até o final do mês de dezembro.

Para 2012, o Fonset defende que o Pronatec seja melhor estruturado sob a coordenação dos estados. "O governo federal está procurando fazer a coordenação do Pronatec em Brasília, mas do ponto de vista estrutural, a gente sabe que vai ter que ter uma coordenação estadual para articular", opina Romanelli.

A proposta do Fonset é que a nova pactuação, em 2012, inclua como público prioritário os beneficiários do Seguro-Desemprego. "Para nós, da rede Sine, a pessoa que vai requerer o seguro-desemprego tem que ser prioritária ou para a intermediação da mão de obra, como já tem sido feito agora, ou para qualificá-la ou requalificá-la para o mercado de trabalho", argumentou o secretário paranaense.

Só o Banco do Nordeste
para ajudar a sua empresa
a preparar o estoque
do jeito que você precisa.

Gerente do
Banco do Nordeste

Cliente do
Banco do Nordeste

Renove o seu estoque com o
Giro Estoque do Banco do Nordeste.

É crédito para investir na compra de mercadorias e insumos de todos os setores, com taxas e prazos imbatíveis, e atendimento especial para a sua empresa. Vá até a agência mais próxima e confira.

SAC Banco do Nordeste • Ouvidoria: 0800 728 3030 - www.bnb.gov.br/mpe



DEBATES SOBRE O SISTEMA PÚBLICO
DE EMPREGO PARA FORTALECER O TRABALHO
DAS SECRETARIAS ESTADUAIS NA QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL E INTERMEDIACÃO DA
MÃO-DE-OBRA EM TODO O PAÍS.



ESSA E OUTRAS QUESTÕES
SOBRE O MUNDO DO TRABALHO VOCÊ ENCONTRA
NA REVISTA FONSET. **LEIA!**

SAIBA MAIS EM WWW.FONSET.ORG.BR



MARCIO
POCHMANN

Presidente do IPEA -
Instituto de Pesquisas
Econômicas Aplicadas

Até a metade do século 18, os países asiáticos respondiam pela maior parte da produção mundial, tendo em vista a combinação de grande dimensão populacional e territorial. Com a primeira Revolução Industrial (motor a vapor, ferrovias e tear mecânico), a partir de 1750, o centro dinâmico do mundo deslocou-se para o Ocidente, mais especialmente para a Inglaterra, que rapidamente se transformou na grande oficina de manufatura do mundo, por conta de sua original industrialização.

A divisão internacional do trabalho que resultou desse movimento sofreu modificações importantes com o avanço da segunda Revolução Industrial (eletricidade, motor a combustão e automóvel) no último quartel do século 19. Naquela época, a onda de industrialização retardatária, em curso nos Estados Unidos e Alemanha, por exemplo, provocou as principais disputas em torno da sucessão da velha liderança inglesa. A seqüência de duas grandes guerras mundiais (1914 e 1939) apontou não apenas para o fortalecimento estadunidense, como permitiu consolidar um novo deslocamento do centro dinâmico mundial: da Europa (Inglaterra) para a América (EUA).

Durante a Guerra Fria (1947 – 1991), prevaleceu a polarização mundial entre o bloco de países liderados pelos Estados Unidos e pela antiga União Soviética. Na década de 1970, a crise capitalista impulsionada pela elevação dos preços de matéria-prima e petróleo enfraqueceu a economia dos EUA, simultaneamente ao fortalecimento da produção e exportação japonesa e alemã. Especialmente com a adoção das políticas neoliberais pelos Estados Unidos, o mundo novamente voltou a se curvar ao poder estadunidense, sobretudo nos anos 1990, depois do desmoronamento soviético, que permitiu o exercício unipolar da dinâmica econômica mundial.

A manifestação da grave crise global desde 2008 tornou mais claro o conjunto de sinais da decadência relativa dos Estados Unidos. A ineficácia das políticas neoliberais e o poder concentrado e centralizado das grandes corporações transnacionais apoderam-se do Estado em grande parte dos países desenvolvidos, responsáveis pela adoção de políticas caracterizadas como socialismo dos ricos. Enquanto os trabalhadores pagam a conta da crise, com a perda de seus empregos e a precarização das ocupações, os grupos econômicos se ajustam com grandes somas do orçamento público, mas são incapazes de recuperar a dinâmica produtiva, salvo a financeirização da riqueza.

Simultaneamente, percebe-se o reaparecimento da multacentralidade geográfica mundial e outro deslocamento do centro dinâmico, dessa vez da América (EUA) para a Ásia (China). Ao mesmo tempo, países de grande dimensão geográfica e populacional voltaram a assumir maior responsabilidade no desenvolvimento mundial, como no caso da China, Brasil, Índia, Rússia e África do Sul, que já respondem atualmente pela metade da expansão econômica do planeta. São os chamados países baleia, que procuram cada vez mais exercer efeitos sistêmicos no entorno de suas regiões, fazendo avançar a integração supra-regional, como no caso do Mercosul e Asean, que se expandem com maior autonomia no âmbito das relações Sul-Sul. Não sem motivos esses países demandam reformulações na ordem econômica global (reestruturação do padrão monetário, exercício do comércio justo, novas alternativas tecnológicas, democratização do poder e sustentabilidade ambiental).

Uma nova divisão internacional do trabalho se vislumbra associada ao desenvolvimento das forças produtivas assentadas na agropecuária, mineração, indústria e construção civil nas economias baleia. Também ganha importância as políticas de avanço do trabalho imaterial conectado com a forte expansão do setor de serviços. Essa inédita fase do desenvolvimento mundial tende a depender diretamente do vigor dos novos países que emergiram distantes dos pilares anteriormente hegemônicos do pensamento único (equilíbrio de poder nos Estados Unidos, sistema financeiro internacional intermediado pelo dólar e assentado nos derivativos, Estado mínimo e mercados desregulados), atualmente desacreditados.

Nestes termos, percebe-se que a reorganização mundial desde a crise global em 2008 se apoia numa estrutura de funcionamento que exige coordenação e liderança mais amplas. Os países baleia podem contribuir muito para isso, tendo em vista que o tripé da nova expansão econômica global consiste na alteração da partilha do mundo derivada do policentrismo, associada à plena revolução da base técnico-científica da produção e ao padrão de consumo ambientalmente sustentável.

A conexão dessa totalidade nas transformações mundiais requer o regate da cooperação e integração supranacionais em novas bases. A começar pela superação da antiga divisão do trabalho entre países, assentada na reprodução do passado (menor custo de bens e serviço, com reduzido conteúdo tecnológico e valor agregado, dependente do uso trabalho precário e da execução em longas jornadas sub-remuneradas). Dessa forma, o desenvolvimento poderia ser efetivamente global, evitando combinar a riqueza de alguns com a pobreza de outros.

As decisões políticas tomadas hoje pelos países de grandes dimensões territoriais e populacionais podem pavimentar, inexoravelmente, um caminho do amanhã voltado à constituição de um novo padrão civilizatório global. Quem sabe faz acontecer, como se pode observar pelas iniciativas brasileiras recentes. Todavia, elas ainda precisam ser crescentemente aprimoradas, avançando no enfrentamento dos problemas de ordem emergencial (como valorização cambial e elevada taxa de juros, que comprometem a competitividade) para ações estratégicas que atuem sobre a nova divisão internacional do trabalho.

A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO



Marcio Pochmann
é professor licenciado
do Instituto de Economia
e do Centro de Estudos
Sindicais e de Economia
do Trabalho da
Universidade Estadual
de Campinas

O Brasil pode ser o primeiro país a ratificar a Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do trabalho decente para os empregados domésticos. Desde a aprovação da Convenção, na Conferência da OIT em junho último, o país começou as discussões sobre o tratado que amplia para os trabalhadores domésticos brasileiros os direitos já consagrados aos demais, como a obrigatoriedade do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a regulamentação da jornada de trabalho para a categoria.

BRASIL DISCUTE A RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO 189

Segundo a coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT no Brasil, Márcia Vasconcelos, o país deu o primeiro passo no processo de reconhecimento da Convenção 189 e da Recomendação 201 que a acompanha, com a discussão dos textos na Comissão Tripartite de Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e Emprego. “Estes tratados entraram na pauta da Comissão e já houve uma primeira rodada de apresentação dos conteúdos. Ficou definido que será constituído um subgrupo, também tripartite, que analisará o conteúdo dessa Convenção e da Recomendação e apresentará um parecer em relação à ratificação de ambos. Após este passo, o parecer será encaminhado à Presidência da República e, caso a presidenta Dilma Rousseff concorde com o parecer, ela enviará uma mensagem presidencial ao Congresso Nacional, solicitando a análise destes tratados internacionais para efeito de ratificação. Só após a discussão e aprovação na Câmara e no Senado, é que a Convenção 189 pode ser considerada ratificada pelo Brasil”, explica.

Além disso, está em tramitação no Congresso Nacional a PEC - Proposta de Emenda à Constituição 478/10, que estende aos empregados domésticos todos os direitos já assegurados aos demais trabalhadores urbanos e rurais. A PEC revoga o parágrafo único do Artigo 7º da Constituição Brasileira, que garante aos domésticos apenas alguns dos 34 direitos trabalhistas previstos neste artigo. A aprovação da PEC é fundamental para

a ratificação da Convenção 189, já que nenhuma outra legislação pode ir de encontro à Constituição.

Discussão importante - O Brasil tem hoje uma legislação já bastante avançada em relação à proteção dos direitos do trabalhador doméstico, mas ainda assim precisa superar algumas lacunas para garantir igualdade para a categoria. “Hoje, o país já garante uma série de direitos, que estão assegurados no âmbito de direitos fundamentais da Convenção 189, como o direito ao salário mínimo, o 13º salário, o repouso semanal remunerado, o adicional de férias, licença maternidade e estabilidade da gestante. Mas temos também alguns desafios, considerando o conteúdo da Convenção. São pontos como a regulamentação da jornada de trabalho, a remuneração especial por trabalho noturno e a questão do FGTS, que hoje é facultativo e com a Convenção isto deverá ser modificado”.

Ainda de acordo com a coordenadora da OIT, a Convenção 189 deixa claro alguns pontos que são fundamentais para a garantia dos direitos do trabalhador doméstico, como a questão da segurança e saúde do trabalho e das próprias condições em que ele se desenvolve. “Temos alguns mecanismos de denúncias sobre as condições de trabalho, mas segue o desafio para que estes mecanismos avancem para garantir de fato as reais condições de segurança e de trabalho para este trabalhador. Outro ponto, diz respeito ao trabalho infantil doméstico, que é proibido no Brasil, mas que continua sendo uma prática”, acrescentou Márcia.



“**TEMOS ALGUNS DESAFIOS, COMO A REGULAMENTAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO, A REMUNERAÇÃO ESPECIAL POR TRABALHO NOTURNO E A QUESTÃO DO FGTS**

Márcia Vasconcelos |
Coordenadora do Programa da OIT

A ratificação da Convenção 189 e da Recomendação 201 vai assegurar os direitos de 7,2 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - PNAD 2009, do IBGE. Deste total, 6,7 milhões são mulheres, o que significa que o trabalho doméstico representa cerca de 17% da ocupação feminina no Brasil. “Nós estamos nos referindo a um contingente significativo da força de trabalho e da força de trabalho feminina, e especialmente da força de trabalho das mulheres negras, pois 61,6% das trabalhadoras domésticas são mulheres negras. Então, promover e fortalecer os direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos significa proteger os direitos de uma parcela significativa de trabalhadores, cujos indicadores de trabalho decente ainda são bastante reduzidos”, concluiu Márcia Vasconcelos.

Veja a íntegra destes documentos em: www.fonset.org.br

Palestras, cursos e muitas outras atividades marcaram o primeiro Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego, em 17 de agosto. Na data, definida na reunião do Fonset em maio, Secretarias Estaduais do Trabalho de todas as regiões do país organizaram uma programação para falar sobre a importância que representa o sistema público de emprego para o trabalhador brasileiro. É por meio dele, que são executadas as políticas de qualificação, intermediação e habilitação ao seguro-desemprego.

MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO

Para divulgar a data, o Fonset preparou um cartaz e um pequeno panfleto, com uma nota, explicando as razões da mobilização. “Nós fizemos um balanço e as iniciativas se deram em um âmbito bem abrangente. O 17 de agosto representou um alerta com relação à manutenção e ampliação da rede de atendimento aos trabalhadores, hoje representada por 1.400 unidades em todo o Brasil”, comentou o presidente do Fonset, secretário Nilton Vasconcelos, destacando a necessidade de essa rede estar articulada de forma muito forte com outras iniciativas do campo do trabalho, como, por exemplo, a realização de cursos de qualificação e o atendimento aos trabalhadores que buscam o seguro-desemprego.

O Fonset também defende a importância de fortalecer a rede Sine por meio da interligação com outros programas, a exemplo do Pronatec, lançado recentemente pelo governo federal. O Fórum chama a atenção para o fato de que, embora esse programa tenha o objetivo de apoiar os trabalhadores, exatamente do chamado público do seguro-desemprego, na prática ainda está dissociado do sistema existente. O Fórum entende que é preciso ter mais articulação entre esses dois grandes campos da política do trabalho, que é a qualificação e intermediação profissional. Até mesmo para reduzir o nível de desemprego, o Fonset defende que é preciso investir de forma adequada,

compreendendo como funciona o mercado, acrescentou o presidente.

A mobilização pelo fortalecimento do Sistema Público de Emprego não se restringe a esta data. O Fonset pretende manter o debate durante todo o processo de preparação da Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, que acontece em maio, em Brasília. “Nós não temos, a exemplo do que acontece na área da Saúde e da Assistência Social, um Sistema Público de Emprego estruturado. Isso possibilitaria, por exemplo, que os recursos alocados nacionalmente possam ser distribuídos de acordo com critérios específicos para cada uma das unidades da Federação. É preciso que haja o entendimento no Ministério de que é importante fazer esse tipo de medida. É preciso haver, antes de mais nada, vontade política”, conclui o presidente do Fonset.

ALAGOAS

As ações em Alagoas aconteceram com cadastro no Sistema Nacional de Emprego (Sine) e na Casa do Trabalhador Autônomo (CTA), panfletagem e divulgação nas rádios nos municípios de Arapiraca, Penedo, Delmiro Gouveia, São Miguel dos Campos e Maragogi.

Alagoas conta com 14 postos do Sine, sendo cinco na capital Maceió e o restante no interior. O estado conta também com



a Casa do Trabalho Autônomo, que é uma unidade que promove inclusão e inserção de pessoas no mercado informal de trabalho. No local, são oferecidas intermediações para trabalhador de serviços, orientação para o negócio e formalização e apoio às organizações civis, além de diversas capacitações.

EXECUÇÃO DO PNQ É TEMA DE REUNIÃO DO MINISTÉRIO COM SECRETARIAS ESTADUAIS DO TRABALHO

Orientações sobre a execução do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a Portaria nº 991, que aprova o Termo de Referência e estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros a estados, municípios e ao Distrito Federal, relativos ao ProJovem Trabalhado - Juventude Cidadã foram alguns dos temas abordados em reunião do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, com secretários estaduais do Trabalho, ou seus representantes legais, realizada no último dia 17 de outubro, em Brasília.

O ajuste entre o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) com os novos programas do governo federal, em especial o Brasil Sem Miséria e os programas de qualificação à distância, foi outra orientação da reunião. Na foi proposto pelas secretarias de Trabalho que as reuniões de planejamento aconteçam com uma maior frequência, e, sobretudo, que elas sejam promovidas pelo Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho (Fonset), para fortalecer a relação institucional entre o MTE e o Fonset.



GOIÁS

Na semana do dia 17, a Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho de Goiás realizou ações do Projeto Cidadania nos Bairros, que tem como objetivo o atendimento a toda população desta região. A atividade foi promovida no Jardim Cerrado.

Por meio do Sine Móvel, divulgou ações de qualificação e intermediação desenvolvidas no estado.

MARANHÃO

Fortalecer a parceria e estreitar as relações entre a Secretaria de Trabalho e os empregadores maranhenses. Esse foi o acordo costurado entre o secretário de Trabalho, José Antônio Heluy, e representantes de entidades da classe patronal no estado, ao longo de várias reuniões realizadas no Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Trabalho.

“Os resultados alcançados pelo Sine são revertidos em maior benefício para o trabalhador, para o empregador e para a sociedade maranhense, através de mais recursos que serão investidos em qualificação e ampliação de nosso atendimento”, explicou José Antônio. “Quanto mais empregamos, mais podemos empregar e oferecer trabalhadores qualificados para o mercado”, enfatiza.

Aproximar as relações e apoiar mutuamente as necessidades da sociedade foi o compromisso assumido por todos os envolvidos no debate.

MATO GROSSO

Um dia dedicado ao trabalhador. Assim foi o 17 de agosto na sede do Sine estadual, em Cuiabá, e em mais 11 municípios do interior. A ação foi desenvolvida sob a coordenação da Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego (Setas) e contou com a presença de representantes de vários setores do sistema público e da iniciativa privada.

Durante todo o dia, a população pode ter acesso a entrevistas de emprego, oficinas sobre como elaborar um bom currículo, além de conferir as

apresentações culturais e as performances artísticas e, principalmente, de participar das entrevistas de emprego. Também foram oferecidos serviços de saúde, como aferição da pressão arterial e teste de glicemia.

De acordo com a avaliação da Setas, a ação atingiu o seu objetivo por destacar a importância do Sistema Público de Emprego na implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento dos trabalhadores.

PARÁ

A Casa do Trabalhador, em Belém, teve um dia atípico em 17 de agosto, com a mobilização pelo Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego. Além do movimento normal de desempregados em busca do seguro-desemprego e de outras informações sobre vagas disponíveis para o mercado de trabalho, o local foi procurado por mais de 300 pessoas que foram participar das ações promovidas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda (Seter).

Uma parceria com a Superintendência Regional de Trabalho, Emprego e Renda, Polícia Civil, Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa) e Secretaria Municipal de Saúde (Sesma) proporcionou a realização de palestras sobre a trajetória do Sistema Nacional de Emprego (Sine), trabalho informal, a importância da doação de medula óssea e vacinação contra tétano e febre amarela, além de ações de cidadania como emissão de carteiras de trabalho e de RG. A Casa do Trabalhador expediu, gratuitamente, cerca de 200 documentos.

PARAÍBA

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH) da Paraíba marcou a data com atividades no Sine Estadual na Lagoa do Parque Solon de Lucena, em João Pessoa. Na ocasião, técnicos do órgão tiraram dúvidas da população sobre o primeiro emprego e seguro-desemprego e divulgaram informações sobre vagas de trabalho. Também foram emitidas Carteiras de Trabalho.

A Paraíba conta, hoje, com 18 unidades do Sine Estadual. Nestas unidades, além das oportunidades de trabalho, também são oferecidos cursos profissionalizantes. No Sine Estadual de João Pessoa passam, por dia, 250 pessoas. A rede conta com uma média de 500 empresas cadastradas.

A secretária da SEDH, Aparecida Ramos, destacou que o Sine vai começar a capacitar as pessoas beneficiadas pelo programa Bolsa Família. "Isto é uma forma de torná-los capacitados para ingressar no mercado de trabalho", acrescentou a secretária.

PARANÁ

No Dia Nacional em Defesa do Sistema Público do Emprego, a Agência do Trabalhador de Marialva organizou um grupo formado por empresários, líderes religiosos, vereadores, secretários municipais e demais lideranças, que participaram de uma teleconferência com o secretário Estadual do Trabalho e Emprego do Paraná, Luiz Cláudio Romanelli.

Na oportunidade, o secretário falou sobre os desafios e perspectivas do Sistema Público de Emprego no Brasil e o sistema operacional MTE Mais Emprego. A teleconferência também serviu para o lançamento e divulgação das conferências regionais e estaduais sobre o trabalho decente.

PERNAMBUCO

Em Pernambuco, diversas ações foram realizadas entre os dias 15 e 19 de agosto, para marcar a mobilização em defesa do Sistema Público de Emprego. Por meio da Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo (STQE), a Agência do Trabalho da Boa Vista promoveu palestras sobre diversos assuntos na área da saúde e também do mercado de trabalho. As palestras, realizadas durante todo o dia, foram ministradas por representantes do Sesi, Senai, CIEE e Secretaria da Mulher.

A programação incluiu, também, orientação profissional e divulgação do Sistema Mais Emprego em algumas escolas estaduais de ensino médio e em empresas, além da emissão de 400 Carteiras de

Trabalho no sistema prisional.

A Secretaria realizou, ainda, visitas às empresas, com o objetivo de sensibilização do empresariado e ampliação da captação de vagas.

PIAUI

No Piauí, a mobilização do Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego aconteceu no auditório da Agência de Desenvolvimento Habitacional – ADH, em Teresina, com uma mesa-redonda para debates sobre o tema.

Segundo a secretária da Setre, Larissa Maia, a data é uma oportunidade para despertar o olhar da sociedade acerca da importância do sistema público de emprego. "O Ministério do Trabalho, juntamente com o governo do estado e a Setre, vem realizando grandes esforços para levar qualificação e possibilidades de empregabilidade aos nossos cidadãos. Por meio dos Sines e de programas como o Pronatec, estamos levando cidadania aos piauienses", avalia.

BAHIA

Cerca de 400 pessoas participaram das palestras e oficinas oferecidas gratuitamente na unidade central do SineBahia, em Salvador, no Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego. A ação aconteceu simultaneamente em mais 16 cidades e contou com palestras sobre a informática no mercado de trabalho, a habilidade de falar em público, além da realização de oficinas de orientação vocacional e inscrições para cursos de qualificação profissional.

Graciara Aparecida Souza Santos, 35 anos, foi conferir a ação e aproveitou para participar do curso de dicção e fluência verbal, já que está em busca de uma oportunidade no ramo de hotelaria ou telemarketing. "O que aprendi aqui vou levar pra casa e, principalmente, para minha profissão".

Mais de mil candidatos ao mercado de trabalho comparecem por dia à unidade central do SineBahia, onde são oferecidos regularmente oito cursos gratuitos. O Serviço Estadual de Intermediação para

o Trabalho tem 126 unidades em 108 municípios baianos.

SERGIPE

Qualificação profissional foi o ponto central das ações promovidas pela Secretaria de Estado do Trabalho (Setrab) no Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego. "Motivação" e "Empreendedor Individual" foram temas de palestras feitas por consultores do Sebrae.

As atividades foram realizadas na sede do Núcleo de Apoio ao Trabalho (NAT), em Aracaju, órgão executor da rede Sine no estado. Além das palestras, durante todo o dia ocorreram ações informativas e de atendimento na capital e no interior.

O secretário de Estado do Trabalho, Marcelo Freitas, alerta para a importância do Sistema Sine, especialmente, na captação de vagas de emprego e na qualificação profissional. "Fortalecer esse sistema é garantir a continuidade e o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, que beneficiam diretamente o trabalhador", defende o secretário.

TOCANTINS

Para marcar o Dia Nacional em Defesa do Sistema Público de Emprego, a Secretaria do Trabalho e da Assistência Social (Setas) do Tocantins, por meio de sua Subsecretaria do Trabalho, realizou, de 15 a 17 de agosto, várias atividades para intensificar as ações no Sine em todo o Estado.

Entre as atividades, a emissão de carteiras de Trabalho, por meio da unidade móvel do Sine, mutirão de visitas aos empresários para apresentar os serviços do órgão, café da manhã com os trabalhadores, entrega de certificados aos concluintes dos cursos de qualificação e capacitação das agências do Sine da capital.

O secretário da Setas, Agimiro Costa, reforçou o papel fundamental do Sistema para os trabalhadores e empresários. "O mundo vive uma crise econômica e a única maneira de os trabalhadores manterem-se no mercado é se capacitando. E este é um dos principais serviços do Sine", afirmou.

PORTAL MAIS EMPREGO: FONSET PROPÕE AJUSTES

“



O PORTAL ACRESCENTA INFORMAÇÕES NOVAS, E NÓS ESTAMOS CAPACITANDO NOSSO PESSOAL PARA LIDAR COM ESSAS INFORMAÇÕES. NÓS ACREDITAMOS QUE O RESULTADO FINAL DO PORTAL MAIS EMPREGO, DEPOIS DOS AJUSTES, SERÁ MUITO BOM

Denizard de Souza | *Diretor de Inserção Produtiva da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal*

“



O SISTEMA TEM QUE SER REVISTO. VAMOS APONTAR OS ERROS E DEFICIÊNCIAS, E SUGERIR, VIA FONSET, MELHORIAS PARA VIABILIZAR A PÁGINA

Fernando Lobo | *Coordenador do Observatório de Emprego e Renda do Rio de Janeiro*

“



A CONSTITUIÇÃO DO GT FONSET TRAZ AVANÇOS NA DIREÇÃO DE UMA MAIOR UNIDADE PARA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA ÚNICO DE TRABALHO QUE ATENDA ÀS NECESSIDADES DOS ESTADOS, CONSIDERANDO AS SUAS PARTICULARIDADES

Maria Thereza Andrade | *Superintendente Estadual de Desenvolvimento do Trabalho da Bahia*

Quedas frequentes e lentidão no sistema, limitações operacionais e dificuldade no acesso ao suporte técnico do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são as principais queixas sobre o Portal que, desde setembro deste ano, passou a funcionar em todas as unidades da Federação.

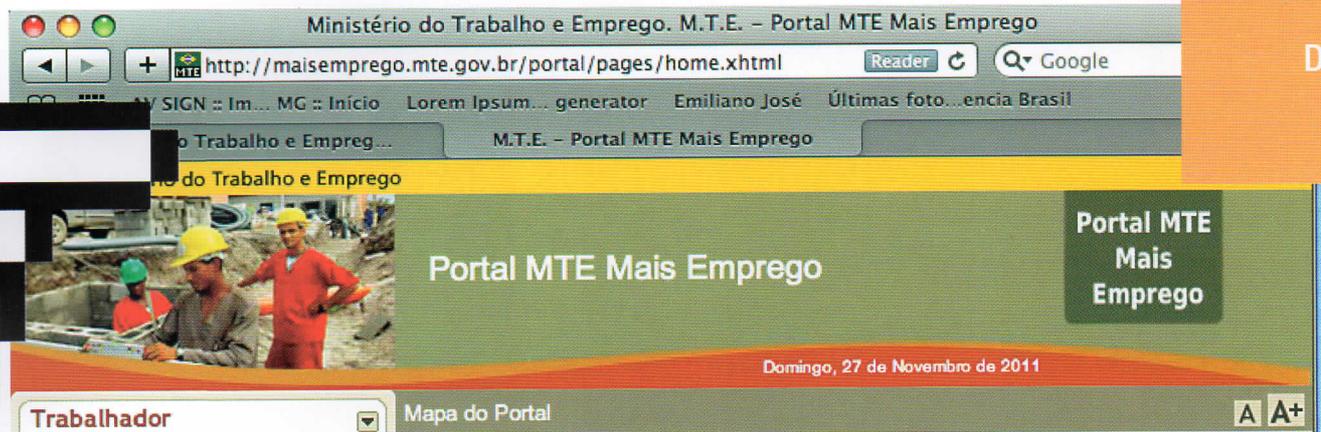
Com a sua implantação iniciada em julho de 2010 e finalizada em setembro deste ano, o Portal MTE Mais Emprego veio com a promessa de aproximar as políticas públicas de emprego da sociedade brasileira, por meio da *web*, modernizando serviços e proporcionando agilidade, independência e transparência na execução das ações de emprego. No entanto, pelo menos no que se refere à agilidade, a ferramenta não tem correspondido como o desejado.

Pauta da primeira reunião do recém instituído Grupo Técnico de Apoio ao Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho (GT Fonset), realizada em Salvador, na Bahia, nos dias 22 e 23 de novembro, o Portal foi alvo de críticas e queixas por parte dos técnicos responsáveis pelas ações do sistema público de emprego de 10 estados, mais o Distrito Federal, que estiveram presentes à reunião.

Lentidão - No encontro, foram apontadas as falhas do Mais Emprego. Quedas frequentes e a lentidão do sistema, limitações operacionais e a dificuldade de suporte técnico do MTE são as principais queixas das unidades de atendimento do trabalhador apontados pelos técnicos.

Para o coordenador do Observatório de Emprego e Renda do Rio de Janeiro, Fernando Lobo, o Portal apresenta erros básicos, como a não visualização das atividades desempenhadas pelo candidato em seu currículo. Ele constata que houve uma queda de até 35% na inserção dos trabalhadores no estado do Rio de Janeiro desde que o Portal foi implantado no estado, em julho deste ano.

Contudo, o Sistema Mais Emprego é considerado um avanço por alguns dirigentes. De acordo com a chefe do Departamento de Gestão do Sistema Público de Emprego do Paraná, Elietti Vilela, o Mais Emprego é uma importante ferramenta para a construção do Sistema Único de Trabalho, Emprego e Renda. Todavia, Elietti aponta, no Paraná, os mesmos erros recorrentes em outros estados. “Por conta disso, tivemos uma redução drástica - de 15 mil trabalhadores/mês para 3 mil trabalhadores/mês - na nossa capacidade de colocação no mercado de trabalho. Além disso, as notícias negativas na mídia acabam afetando a nossa credibilidade”, avalia. No mais, a dirigente acredita, se considerados os devidos ajustes, os problemas



serão superados rapidamente.

O diretor de Inserção Produtiva da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal, Denizard de Souza, aponta, além das limitações operacionais, a incompatibilidade do Mais Emprego, em relação à ferramenta utilizada anteriormente, o sistema Sigae, como o não aproveitamento de ferramentas de gestão. Porém, ele destaca o ganho trazido pelo Portal, como o acréscimo de novas informações.

Ao contrário do ocorrido na maioria dos estados, no Distrito Federal não houve queda significativa após a implantação do Mais Emprego, em setembro deste ano.

Já o assessor especial da Secretaria do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, Agnus Rodrigues, reconhece que por se tratar de um sistema novo, era de se esperar que houvesse problemas, no entanto, ele se queixa da ausência de suporte técnico por parte do MTE.

Na Bahia, por ter sido o estado piloto na implantação do SigaeWeb, o sistema já contava com uma certa infraestrutura para se adequar ao Portal Mais Emprego. Ainda assim, o novo sistema apresentou problemas. A migração das vagas captadas e a dificuldade de convocar os candidatos para o encaminhamento aos processos de pré-seleção são alguns problemas apontados pela superintendente estadual de Desenvolvimento do Trabalho, Maria Thereza Andrade.

Ela aponta os prejuízos causados pelas falhas do Portal. "Essa situação compromete a imagem, credibilidade e a qualidade dos serviços oferecidos aos nossos principais clientes: trabalhador e empresa", sentenciou.

Antes mesmo da reunião do Fonset, dia 6 de dezembro, deverá haver uma reunião das secretarias com o MTE para discutir e avaliar as mudanças sugeridas.

GRUPO TÉCNICO DE APOIO AO FONSET

Criado com o objetivo de subsidiar tecnicamente as reuniões do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho (Fonset), o Grupo Técnico de Apoio ao Fonset – GT Fonset – é formado por dirigentes e técnicos das secretarias estaduais do Trabalho. A idéia é que o grupo, antes de todas as reuniões do Fórum, discuta e sugira temas e pautas, contribuindo tecnicamente com os encontros do Fonset.

A estreia do GT Fonset ocorreu em novembro, em Salvador, quando o grupo reuniu-se para preparar o encontro de Brasília, dia 6 de dezembro. A reunião contou com participação de representantes de 10 estados, mais o Distrito Federal.

“

OS CANAIS DE ACESSO, COMO O NÚMERO 0800 DESTINADOS A NOS DAR ESSE SUPORTE, NÃO NOS ATENDE



Agnus Rodrigues | Assessor Especial da Secretaria do Trabalho e Emprego de Minas Gerais

“

A GRANDE DIFICULDADE HOJE DO SISTEMA NO AMAZONAS É O PORTAL SE MANTER EM OPERAÇÃO. INVARIAVELMENTE, ENTRE AS 12 E 14 HORAS ESTÁ FORA DO AR, E QUANDO CONSEGUIMOS ACESSAR É COM LENTIDÃO. POR CONTA DISSO, TIVEMOS UMA QUEDA DE MAIS DE 40% DESDE A IMPLANTAÇÃO DO MAIS EMPREGO



Paulo Júnior de Oliveira Mendonça | Diretor do Departamento do Trabalho do Estado do Amazonas

“

NA MEDIDA EM QUE A GENTE TEM A ARTICULAÇÃO DE TODOS OS ESTADOS E COMEÇA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA ÚNICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA, O PORTAL É UMA FERRAMENTA NECESSÁRIA



Elietti Vilela | Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Público de Emprego do Paraná

FONSET DEFENDE MAIOR INVESTIMENTO NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INTEGRAÇÃO COM A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES

Publicado em agosto deste ano, o edital de convocação para adesão ao Programa Brasil sem Miséria - Qualificação e Emprego contraria a Resolução 575 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), que estabelece as diretrizes e critérios para transferência de recursos do FAT aos estados, municípios e ONGs com vistas ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

De acordo com o edital, o Programa contempla ações de qualificação social e profissional e intermediação de mão-de-obra para serem executadas por meio de

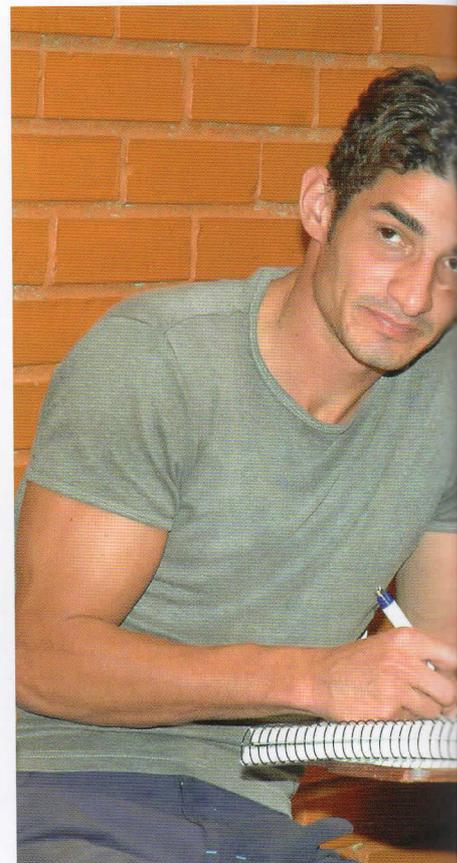


municípios com população igual ou superior a 100 mil habitantes e que possuam em seu território unidade(s) do Sistema Nacional de Emprego – Sine (estadual ou municipal).

“Os estados, que tradicionalmente são responsáveis pela qualificação e intermediação, foram completamente excluídos dessa ação pelo edital do Ministério do Trabalho”, observa o presidente do Fonset e secretário do Trabalho da Bahia, Nilton Vasconcelos. No seu entendimento, a medida desvincula as ações de qualificação e intermediação – pilar do Sistema Público de Emprego – e contraria a decisão tomada na 109ª Reunião do Codefat, realizada em 26 de maio deste ano, em Brasília.

O Fonset esteve presente à reunião do Codefat, quando manifestou toda sua preocupação com as alterações àquela época propostas para a Resolução 575. “Ao final da discussão no Conselho, ficou o entendimento de que seria preservada a integração da qualificação e intermediação, mas infelizmente não é isso que está mostrando o edital do MTE”, comenta o secretário Nilton que, em carta dirigida ao Codefat, registrou o descontentamento do Fórum.

Orçamento - Na 110ª reunião do Codefat, realizada em 28 de julho de 2011, foi aprovado pelos conselheiros o orçamento do FAT para 2012. Dos R\$58,7 bilhões, estão previstos R\$ 12,7 bilhões para custear o pagamento do abono salarial e R\$ 25,7 bilhões para o benefício do seguro-desemprego.



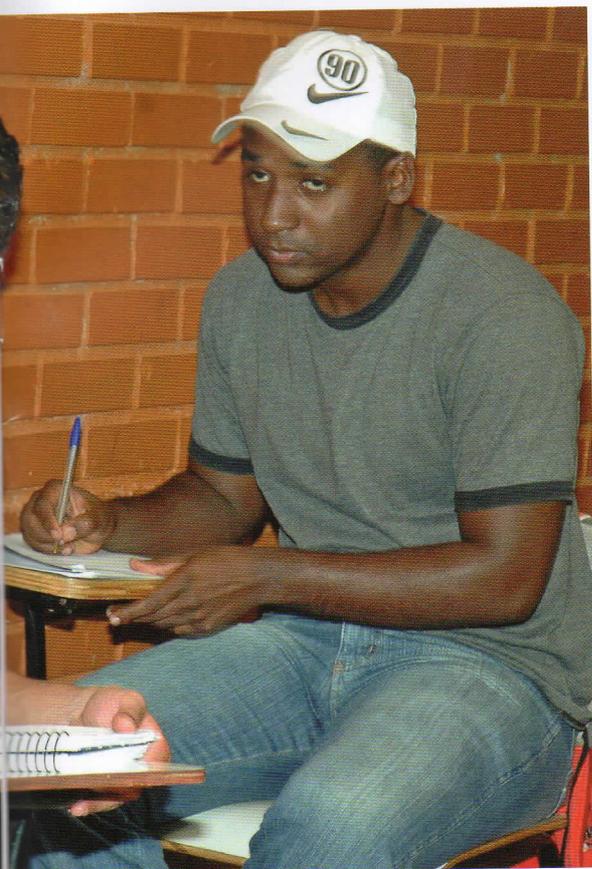
Hoje, 2.500 trabalhadores estão inscritos nos cursos

Com pouco mais de um ano de funcionamento, a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede Certific) está presente em 20 estados da federação e mais o Distrito Federal. Ao todo, a Rede atua em 39 campi de 28 Institutos Federais.

Iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação, e do Trabalho e Emprego, a Rede Certific foi criada com a finalidade de ampliar a oferta de programas educacionais inclusivos.

Para participar do programa é necessário ser maior de 18 anos e atuar ou já ter atuado na área profissional na qual deseja ser certificado. Não há necessidade de apresentar documentos comprobatórios da experiência profissional.

“Adotamos o ‘reconhecimento de saberes’, que consiste em legitimar o trabalhador com os seus conhecimentos em sua experiência de vida e trabalho, com ou sem participação em cursos de formação profissional. Esse reconhecimento



O Programa permite que os trabalhadores tenham acesso aos bens culturais e tecnológicos; e a uma formação abrangente, com a perspectiva de mudança de vida e das condições de trabalho e emprego

REDE CERTIFIC GARANTE A GRATUIDADE AOS TRABALHADORES NOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

acontece após a participação desse trabalhador em diferentes atividades de reconhecimento de saberes”, explica Eliezer Pacheco, secretário de Ensino Profissional e Tecnológico do Ministério da Educação

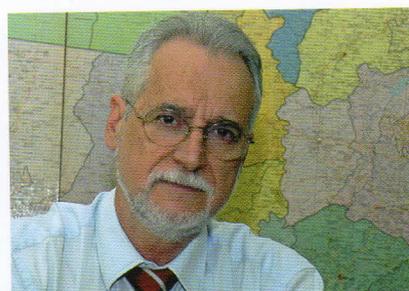
Atualmente, 2.500 trabalhadores inscritos nos cursos da Rede Certific, ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, estão em fase de reconhecimento de saberes.

Algumas secretarias estaduais do Trabalho, por meio das suas unidades de atendimento fazem a divulgação do Programa e auxiliam na seleção dos candidatos.

“ É UM PROGRAMA DE RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DOS SABERES ADQUIRIDOS PELOS TRABALHADORES, JOVENS OU ADULTOS, DURANTE SUA TRAJETÓRIA DE VIDA. O PROCESSO ASSOCIA TRABALHO À ELEVÇÃO DA ESCOLARIDADE

Eliezer Pacheco | *Secretário de Ensino Profissional e Tecnológico do Ministério da Educação*

As secretarias estaduais de Trabalho podem ser grandes aliadas no desenvolvimento da Rede Certific, devendo-se constituir em pauta do Fonset.



OS TRABALHADORES PODEM SER CERTIFICADOS NAS SEGUINTE ÁREAS:

- Pesca e Aqüicultura
- Construção Civil
- Turismo e Hospitalidade
- Música
- Eletroeletrônica

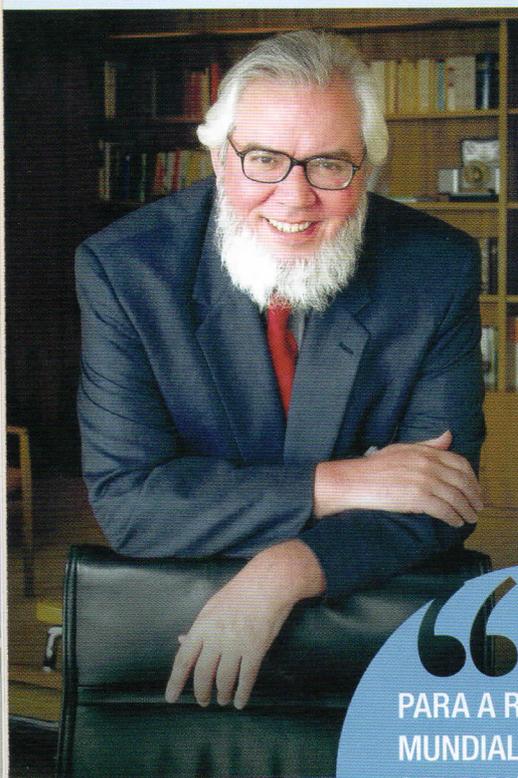
ESTADOS ONDE A REDE CERTIFIC ATUA:

- | | | |
|--------------------|----------------|-----------------------|
| ■ Acre | ■ Goiás | ■ Rio de Janeiro |
| ■ Amapá | ■ Mato Grosso | ■ Rondônia |
| ■ Amazonas | ■ Minas Gerais | ■ Rio Grande do Norte |
| ■ Bahia | ■ Pará | ■ Rio Grande do Sul |
| ■ Ceará | ■ Paraíba | ■ Santa Catarina |
| ■ Distrito Federal | ■ Paraná | ■ São Paulo |
| ■ Espírito Santo | ■ Piauí | ■ Tocantins |

JUAN SOMAVÍA

Diretor-Geral
da Organização
Internacional do
Trabalho

CRISE DO EMPREGO: NÃO PODEMOS PERDER TEMPO



Juan Somavía, nascido no Chile, é formado em Direito. Diplomata, foi eleito em 1999 diretor-geral da OIT

“ OS ESFORÇOS
PARA A RECUPERAÇÃO
MUNDIAL DEVEM
SER DIRIGIDOS À
PROMOÇÃO DO TRABALHO
DECENTE ”

O panorama mundial do emprego é aterrador. O desemprego afeta mais de 200 milhões de pessoas no mundo, e continua aumentando. A taxa atual de crescimento do emprego, de 1% ou menos ao ano, não permitirá a recuperação dos 30 milhões de postos de trabalho perdidos desde o início da crise, em 2008. O desemprego juvenil atinge 80 milhões de pessoas, uma taxa dois ou três vezes superior à dos adultos na maioria dos países.

Essas cifras revelam apenas parte da história. Milhões de pessoas têm trabalho somente em tempo parcial porque carecem de uma alternativa melhor, adiam sua entrada no mercado de trabalho, ou abandonaram a busca de trabalho. Mesmo antes da crise, os níveis de informalidade eram muito altos e dois de cada cinco trabalhadores no mundo viviam abaixo da linha de pobreza, com uma renda per capita inferior a dois dólares por dia.

A situação pode piorar. Com a desaceleração da economia desde meados de 2011, estamos à beira de uma recessão mundial do emprego que poderá durar uma década. Se ignorarmos a aspiração generalizada de uma oportunidade justa de acesso a um trabalho decente, as consequências sociais e políticas poderão ser catastróficas.

Os esforços para a recuperação mundial devem ser dirigidos à promoção do trabalho decente, com a adoção de medidas que já se provaram eficazes.

Em primeiro lugar, aumentar os investimentos em infraestrutura geradores de empregos desde o nível atual de 5 a 6% para 8 a 10% do PIB nos próximos cinco anos. China e Indonésia demonstraram que este tipo de investimento é crucial para manter o emprego durante uma desaceleração da economia.

Em segundo lugar, garantir que pequenas e médias empresas, a principal fonte de criação de empregos, tenham acesso ao financiamento bancário e a sistemas de apoio à gestão, e que os créditos cresçam. Isso foi feito no Brasil e no México.

Em terceiro lugar, concentrar-se no emprego para os jovens, através de estágios, serviços de orientação e formação profissional, a fim de facilitar a transição da escola para o trabalho. Os países que seguiram esta rota, como Alemanha, Austrália e Cingapura, têm taxas de desemprego juvenil mais baixas.

Finalmente, estabelecer pisos de proteção social nos países com baixa cobertura. Isto pode ser realizado com um custo entre 1 e 2% do PIB, dependendo do país. Os pisos de proteção social implementados na África do Sul, Argentina, Brasil, Índia e México estão ajudando milhões de pessoas a sair da pobreza.

Se os países se concentrarem nestas prioridades, ao mesmo tempo que elaboram planos sérios e socialmente responsáveis para financiar a dívida soberana e consolidar as finanças públicas, a recuperação será mais sólida. A meta é impulsionar a taxa mundial de crescimento do emprego a 1,3% ao ano, permitindo que em 2015 seja recuperada a taxa de emprego da população em idade de trabalhar que existia antes da crise.

O respeito aos direitos fundamentais no trabalho e a consideração das reivindicações das pessoas, por meio do diálogo social, permitirão construir consensos em torno de políticas que respondem às exigências de renda, justiça e dignidade.

O mundo enfrenta um desafio de equidade. A percepção de que alguns bancos são demasiado grandes para fracassar e algumas pessoas são demasiado pequenas para ser levadas em conta, e que os interesses financeiros predominam sobre a coesão social, mina a confiança das pessoas.

Em resumo, é preciso colocar a economia real no comando da economia mundial; orientar o setor financeiro para investimentos produtivos a longo prazo em empresas sustentáveis; ratificar e aplicar as oito convenções fundamentais do trabalho (relativas à liberdade sindical e de negociação coletiva, à erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório e à eliminação do trabalho infantil e da discriminação no emprego); e promover o emprego, a proteção social e os direitos básicos no trabalho com a mesma diligência aplicada para controlar a inflação e equilibrar as finanças públicas.

Isso permitirá assentar as bases de uma nova era de justiça social.

improvisado?

INOVAÇÃO

SEBRAETEC E SEBRAE MAIS. Tecnologia e gestão sob medida para pequenas empresas

Sebraetec é um programa de consultoria em tecnologia sob medida para você implantar a inovação nos processos e produtos da sua empresa, tornando-a mais competitiva.

Sebrae Mais é um programa nacional de consultoria sobre gestão com conteúdo prático e consultoria personalizada para transformar a gestão, equilibrar as finanças e conquistar novos mercados para sua empresa.

Sua empresa cresceu?
Acesse agora: www.sebrae.com.br

SEBRAETEC
INOVAÇÃO - TECNOLOGIA
Revista Fomatec | Nº 5 - 12/2011

SEBRAE
Mais
PROGRAMA SEBRAE PARA
EMPRESAS AVANÇADAS

Quem tem conhecimento vai pra frente
0800 570 0800 | www.ba.sebrae.com.br

SEBRAE

Serviço de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas Bahia

A GENTE TRABALHA DURO PARA O BRASIL PODER TRABALHAR



ANUNCIE NA REVISTA FONSET

A Revista Fonset já está em sua quinta edição. Além de divulgar as ações desenvolvidas pelas Secretarias de Trabalho dos Estados, promove o debate sobre as políticas do sistema público de emprego.

Com distribuição nacional, a Revista Fonset atinge um público formador de opinião com grande capacidade de análise crítica. Uma excelente oportunidade para anunciar seus produtos ou serviços.

Ligue (71) 3115.3398 ou mande um e-mail para forum.fonset@gmail.com e informe-se como anunciar numa revista de alto nível.

